Universidade do Minho Escola de Economia, Gestão e Ciência Política

Duarte Ferradini Ferreira

Desenvolvimento de Conteúdos Educativos Digitais para uma Aplicação de Literacia Financeira

abril de 2026

Desenvolvimento de Conteúdos Educativos Digitais para uma Aplicação de Literacia Financeira

Duarte Ferradini Ferreira

UMinho | 2026

Universidade do Minho
Escola de Economia, Gestão e Ciência Política

Duarte Ferradini Ferreira

Desenvolvimento de Conteúdos Digitais para uma Aplicação de Literacia Financeira

Dissertação de Mestrado
Em Economia Monetária Bancária e Financeira

Trabalho efetuado sob a orientação de
Professora Doutora Sílvia Sousa
Professor Pedro Ferreira

abril de 2026

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho



Atribuição Não Comercial Compartilha Igual

CC BY-NC-AS

https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/

Agradecimentos

Gostaria de expressar o meu sincero agradecimento à Professora Doutora Sílvia Sousa e ao Professor Pedro Ferreira, pela orientação, disponibilidade e acompanhamento ao longo do desenvolvimento deste projeto. O vosso contributo foi fundamental para a qualidade, rigor e coerência do trabalho apresentado.

À minha mãe, pelo apoio incondicional, incentivo constante e confiança ao longo de todo o meu percurso académico. O seu suporte foi essencial para a concretização desta etapa.

Agradeço ainda à minha família e amigos pelo apoio, compreensão e motivação, que contribuíram de forma significativa para a realização deste trabalho.

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

DECLARAÇÃO DE USO DE FERRAMENTAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA)

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri a qualquer forma de utilização indevida de ferramentas de Inteligência Artificial (IA), nem à falsificação ou omissão de informações, fontes, dados, resultados ou processos em nenhuma das etapas conducentes à sua elaboração.

Declaro ainda que qualquer utilização de ferramentas de IA foi feita de forma transparente e responsável, encontrando-se devidamente assinalada/descrita no trabalho, e que procedi à verificação crítica da exatidão do conteúdo produzido com o seu apoio, assumindo integralmente a responsabilidade pelo que submeto.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho, bem como as normas aplicáveis de integridade académica e de proteção de dados.

Resumo

A Literacia Financeira tem assumido uma importância crescente nas sociedades contemporâneas, especialmente num contexto marcado pela digitalização e pela crescente complexidade dos produtos e serviços financeiros. Este projeto tem como principal objetivo desenvolver uma proposta estruturada de conteúdos educativos digitais, em formato de micro-vídeos, destinados a uma futura integração numa aplicação de Literacia Financeira.

O estudo articula um enquadramento teórico, sustentado na literatura existente, com evidência empírica recolhida através de um questionário. Os resultados obtidos evidenciam a existência de lacunas relevantes no conhecimento financeiro dos participantes, particularmente nas áreas do crédito, instrumentos financeiros e fiscalidade, apesar de uma perceção generalizada de níveis intermédios de Literacia Financeira. Adicionalmente, verifica-se uma clara preferência por formatos de aprendizagem digitais, curtos, visuais e interativos.

Com base nestes resultados, é desenvolvida uma proposta de conteúdos educativos estruturados em micro-vídeos, centrados em temas fundamentais como investimentos, crédito e impostos. Estes conteúdos seguem princípios de microlearning e aprendizagem ativa, visando facilitar a compreensão e aplicação prática dos conceitos financeiros.

Em suma, o presente projeto contribui para o desenvolvimento de soluções educativas digitais mais acessíveis e eficazes, destacando o potencial das aplicações educativas como complemento aos modelos tradicionais de ensino e como instrumento de promoção de uma sociedade mais informada e financeiramente capacitada.

Palavras-chave: Literacia Financeira; Educação Financeira; Microlearning; Aplicações digitais; Conteúdos educativos.

Abstract

Financial literacy has taken on increasing importance in contemporary societies, especially in a context marked by digitalization and the growing complexity of financial products and services. The main objective of this project is to develop a structured proposal for digital educational content, in the form of short videos, intended for future integration into a financial literacy app.

The study combines a theoretical framework, grounded in existing literature, with empirical evidence collected through a questionnaire. The results reveal significant gaps in participants' financial knowledge, particularly in the areas of credit, financial instruments, and taxation, despite a general perception of intermediate levels of financial literacy. Additionally, there is a clear preference for digital, short, visual, and interactive learning formats.

Based on these results, a proposal for educational content structured into micro-videos has been developed, focusing on fundamental topics such as investments, credit, and taxes.

This content follows the principles of microlearning and active learning, aiming to facilitate the understanding and practical application of financial concepts.

In short, this project contributes to the development of more accessible and effective digital educational solutions, highlighting the potential of educational apps as a complement to traditional teaching models and as a tool for promoting a more informed and financially literate society.

Keywords: Financial Literacy; Financial Education; Microlearning; Digital Applications; Educational Content.

Índice

Índice de Tabelas viii
Índice de Figuras viii
Lista de Abreviaturas e Siglas viii
Introdução 9
Motivação 12
Objetivos 14
Revisão de literatura 15
Perspetiva histórica e evolução do conceito 15
A importância da Literacia Financeira 15
A Aprendizagem na Era Digital e o Papel das Aplicações Educativas 16
Perceções e Aceitação de Aplicações Digitais de Literacia Financeira 18
Aplicações de Literacia Financeira existentes e evidência do seu impacto 19
Conteúdos educativos 20
Literacia Financeira enquanto política pública 20
Conteúdos Estruturantes para conteúdos educativos de Literacia Financeira 21
Metodologias Pedagógicas Digitais: Microlearning e Aprendizagem Ativa 22
Aprendizagem baseada em vídeo (video-based learning) e microlearning na educação digital 23
Importância da Literacia Financeira no Ensino Secundário e no trajeto de uma Vida Saudável 23
Dimensão comportamental da Literacia Financeira 25
Impacto da Educação Financeira em Estudantes Universitários 26
Integração da Literacia Financeira a nível Global 26
Eficácia das intervenções educativas: o que funciona (e o que não funciona) 27
Literacia Financeira Digital (Digital Financial Literacy) e Conteúdos Educativos Digitais 28
Análise analítica da literatura 29
Metodologia 30
Metodologia Questionário 31
Reflexão sobre implicação do tópico em matéria de ética ou sustentabilidade ou responsabilidade social 32
Análise dos Resultados do Questionário e Discussão das Evidências Empíricas
Caracterização da Amostra 33
Autoavaliação da Literacia Financeira 33
Avaliação do conhecimento financeiro 34
Comportamentos financeiros 35

Necessidades de aprendizagem 35
Dimensão Económica 35
Preferências pedagógicas 36
Aceitação de soluções digitais 36
Análise Estatística Adicional 37
Limitações da Análise e Considerações Metodológicas 38
Síntese e implicações para o projeto 38
Proposta de Conteúdos Educativos 40
Conteúdos de Literacia Financeira nos programas educativos existentes 40
Identificação de temas prioritários 42
Desenvolvimento dos Conteúdos Educativos 43
Investimentos 44
Vídeo 1 – Poupança versus investimento 45
Vídeo 2 – Relação entre risco e retorno 46
Vídeo 3 – Diversificação dos investimentos 47
Crédito e empréstimos 48
Vídeo 1 – O que é um empréstimo e como funciona? 49
Vídeo 2 – Como funcionam os juros? 50
Vídeo 3 – Crédito responsável 50
Vídeo 4 – Compreender o custo do crédito: TAN, TAEG e outros conceitos essenciais 51
Vídeo 5 – Cartão de crédito: funcionamento, riscos e o efeito do cashback 53
Impostos 54
Vídeo 1 – O que são impostos e para que servem? 55
Vídeo 2 – Tipos de impostos: Diretos e Indiretos 56
Vídeo 3 – Rendimento Bruto versus líquido: qual a diferença? 57
Vídeo 4 – Como os impostos influenciam decisões financeiras e podem ajudar a poupar? 57
Avaliação da Eficácia dos Conteúdos Educativos 59
Conclusão 61
Contributos do Projeto e Linhas de Investigação Futura 62
Bibliografia 63
ANEXO I – Questionário Aplicado aos Participantes 67
1. Consentimento 67
Secção I – Informações Sociodemográficas 68
Secção II – Literacia Financeira 68

Secção III – Tecnologia e Necessidades..... 70
Secção IV – Preferências Pedagógicas 71
Secção V – Avaliação da Aplicação..... 71

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Síntese dos Resultados do Questionário e Implicações para o Projeto 39
Tabela 2 - Correspondência entre lacunas de comhecimento identificadas e os conteúdos educativos propostos 39

Índice de Figuras

Figura 1 - Fluxograma de Contéudos Educativos Digitais 44

Lista de Abreviaturas e Siglas

INFE – International Network on Financial Education

IRS – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares

IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

PISA – Programme for International Student Assessment

PNFF – Plano Nacional de Formação Financeira

SMS – Short Message Service

TAEG – Taxa Anual de Encargos Efetiva Global

TAN – Taxa Anual Nominal

Introdução

A Literacia Financeira desempenha um papel fulcral na vida das pessoas e das comunidades, contribuindo para o desenvolvimento de bases sólidas para a segurança financeira e bem-estar económico. Atualmente, ela tem vindo a ganhar importância, numa sociedade marcada pela transição digital e pelo aumento da complexidade dos produtos financeiros. A rapidez e facilidade com que é possível aceder a uma plataforma de crédito, investimento e pagamentos digitais torna cada vez mais premente capacitar os cidadãos com competências que lhes possibilitem a tomada de decisões informadas.

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE, 2023) define Literacia Financeira como a combinação de conhecimento, competências e atitudes que permitem a tomada de decisões financeiras mais informadas e a melhoria do bem-estar. No entanto, este conceito tem sofrido algumas alterações com o avanço tecnológico, integrando novas dimensões que modificam a forma como as pessoas aprendem e consomem informação financeira.

Em Portugal, os níveis de educação financeira ainda são inferiores aos níveis considerados adequados, uma vez que uma parte significativa da população ainda não possui conhecimentos básicos (conhecimentos de Literacia Financeira). De acordo com o estudo do Plano Nacional de Formação Financeira (Plano Nacional de Formação Financeira [PNFF], 2021), uma parte substancial da população tem pouco entendimento sobre conceitos básicos como o de taxa de juros, de inflação e de planeamento financeiro, o que poderá ajudar a explicar altos níveis de endividamento e problemas na gestão dos recursos financeiros.

Embora a educação financeira seja reconhecida como primordial na sociedade atual, a sua inclusão nos programas educativos em Portugal é ainda limitada (Pacheco et al., 2016). Estes dados contrastam com iniciativas implementadas por países como Alemanha e Reino Unido, onde já foram introduzidas unidades curriculares específicas no Ensino Secundário que têm como principal foco munir os jovens com instrumentos que lhes permitam encarar os desafios económicos de uma vida adulta consciente. Todavia, apesar dos esforços mais recentes, a Educação Financeira mantém uma pequena presença nos currículos escolares. Esta limitação destaca a urgência de desenvolver

abordagens de aprendizagem complementares, capazes de cativar o público jovem e adulto em contextos informais, flexíveis e de fácil acesso, como é o caso das aplicações educativas.

Em Portugal, o estímulo da educação financeira tem sido alinhado através do Plano Nacional de Formação Financeira (PNFF), desenvolvido pelo Conselho Nacional de Supervisores Financeiros em colaboração com o Ministério da Educação. No âmbito desta estratégia, foi desenvolvido o Referencial de Educação Financeira para a Educação Pré-Escolar, ensino básico, Ensino Secundário e Educação de adultos, que estabelece diretrizes pedagógicas e conteúdos estruturantes para a integração da Literacia Financeira nas escolas portuguesas. Este referencial estrutura temas como orçamento, poupança, crédito, risco, seguros e investimento, operando como um guia para a introdução progressiva destes conceitos ao longo do percurso escolar (Dias et al., 2013; OCDE & International Network on Financial Education [INFE], 2020).

Considerando este enquadramento, a presente proposta não tem como objetivo primordial desenvolver diretamente uma aplicação digital, mas sim elaborar um conjunto estruturado de conteúdos educativos com o formato de pequenos vídeos (microvídeos), destinados a integrar posteriormente uma aplicação de Literacia Financeira. Estes conteúdos visam complementar as diretrizes do Referencial de Educação Financeira português, transformando assuntos financeiros fundamentais em formatos audiovisuais curtos, claros e acessíveis. A utilização destes conteúdos mais dinâmicos e interativos encontra-se alinhada com o consumo de informação aos padrões atuais de consumo, em particular entre os jovens, possibilitando assim tornar a aprendizagem financeira mais atrativa e eficaz (Naveed et al., 2023).

A urgência de um plano organizado aplicado à Literacia Financeira no ensino é potenciada por dados quantitativos que podem ser entendidos como preocupantes. Em conformidade com o relatório PISA 2022 (Equipa de Estudos Internacionais, 2024), 15% dos alunos portugueses, de 15 anos, não alcançaram o nível mínimo de competências em Literacia Financeira, somente 7% demonstram apetências para tratar de questões financeiras mais elaboradas. Além disso, o inquérito conduzido pelo Plano Nacional de Formação Financeira (PNFF), 2021) mostra que uma parte considerável da população portuguesa tem pouco conhecimento sobre noções básicas de juros, inflação e planeamento financeiro. Estes dados, associados ao aumento da digitalização da economia,

reforçam a premência da necessidade de reconsiderar a forma como a Literacia Financeira é ensinada e transmitida. A criação de conteúdos educativos digitais incorporáveis em aplicações ou plataformas educativas viabiliza uma oportunidade para democratizar o acesso a este conhecimento.

A proposta deste projeto de investigação integra-se claramente em diversos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), designadamente no ODS 4 – Educação de Qualidade, o ODS 8 – Trabalho Digno e Crescimento Económico e o ODS 10 – Redução da Desigualdades, através do desenvolvimento de um instrumento digital que promove inclusão e capacitação financeira. De acordo com o ponto de vista de Lusardi & Mitchell (2011), a Literacia Financeira é fundamental para o equilíbrio económico, possibilitando a tomada de decisões em consciência e mais seguras no ciclo de vida. A inclusão desta matéria, desde os primeiros anos de formação, no plano de estudos dos alunos como apoiam também Pacheco et al. (2016), pode diminuir consideravelmente as desigualdades sociais, aperfeiçoar o acesso a noções económicas e impulsionar maior coesão social. A Literacia Financeira, quando está ao dispor de todos, apresenta-se como um meio para alcançar uma sociedade mais equitativa e preparada para os obstáculos da vida. Apesar de este projeto ter origem na necessidade de educar financeiramente os mais jovens, os conteúdos educativos digitais propostos têm potencial para serem utilizados por toda a sociedade.

Motivação

A literatura internacional tem demonstrado que conteúdos educativos em formato audiovisual, especialmente quando apresentados em unidades curtas de aprendizagem, podem facilitar a compreensão de conceitos complexos e aumentar o envolvimento dos utilizadores em ambientes digitais. Neste contexto, os micro-vídeos educativos surgem como uma ferramenta particularmente adequada para transmitir conhecimentos de Literacia Financeira de forma simples, acessível e adaptada aos padrões atuais de consumo de informação.

Perante isto, torna-se pertinente desenvolver conteúdos educativos digitais estruturados, adaptados às metodologias pedagógicas digitais eficazes, em formato acessível e adaptado à nova era da digitalização. Em especial, recursos audiovisuais curtos facilitam a assimilação de conceitos financeiros, fomentando uma aprendizagem mais intuitiva e progressiva. Sob esta perspetiva, este tipo de conteúdo educativo assume um papel cada vez mais relevante no processo de aprendizagem digital, uma vez que estudos mostram que vídeos educativos curtos aumentam a interiorização de conhecimentos e facilitam a compreensão de conceitos mais abstratos quando combinados com elementos audiovisuais (Guo et al., 2014; Kay, 2012).

Para além da evidência qualitativa, importa realçar a relevância deste tema com dados quantitativos. Segundo o (PNFF), 2021), uma parte significativa da população portuguesa não domina conceitos básicos, como juros compostos ou inflação. Adicionalmente, os resultados do PISA (Equipa de Estudos Internacionais, 2024) indicam que cerca de 15% dos jovens portugueses não atingem níveis mínimos de literacia financeira, enquanto apenas uma pequena percentagem demonstra competências avançadas. Estes indicadores reforçam que a que a problemática da Literacia Financeira não é apenas conceptual, mas empiricamente relevante, justificando a necessidade de desenvolver soluções educativas mais eficazes.

Perante estes factos, o presente trabalho procura contribuir para o estado da arte propondo um modelo de desenvolvimento de conteúdos educativos digitais baseadas simultaneamente em evidencia empírica e em princípios pedagógicos validados, articulando literacia financeira com metodologias digitais como o microlearning. Este

contributo distingue-se por integrar a identificação de lacunas reais dos utilizadores no desenho dos conteúdos, aproximando a teoria da prática.

Objetivos

O presente projeto tem como objetivo principal desenvolver uma proposta estruturada de conteúdos educativos em formato de micro-vídeos, destinados a integrar uma aplicação digital de Literacia Financeira.

Deste modo, o projeto pretende:

- Analisar e avaliar as perceções de diferentes públicos (estudantes, docentes e cidadãos) em relação à utilidade de uma app de Literacia Financeira, através da recolha de dados empíricos sobre preferências e hábitos digitais;
- Definir os principais temas de Literacia Financeira a abordar em conteúdos educativos digitais;
- Identificar lacunas de conhecimento financeiro entre diferentes grupos etários;
- Desenvolver uma proposta de conteúdos educativos em formato de micro-vídeos;
- Estruturar os conteúdos segundo princípios de microlearning e aprendizagem digital;
- Contribuir para a futura integração destes conteúdos numa aplicação educativa de Literacia Financeira;

Revisão de literatura

Perspetiva histórica e evolução do conceito

A noção de Literacia Financeira tem vindo a alterar-se de forma significativa desde 1990 acompanhando o aumento da complexidade dos mercados e a crescente exigência das capacidades económicas no dia a dia. Remund (2010) destaca que, no decorrer das últimas décadas, a definição de Literacia Financeira deixou de se limitar a uma dimensão teórica, passando a incorporar uma vertente prática. Measuring Financial Literacy (2012) , através da OCDE, apresentam uma abordagem mais ampla, uma vez que inclui conhecimentos, comportamentos e atitudes como alicerces essenciais. Esta evolução demonstra que a Literacia Financeira deixou de ser um conceito rígido passando a estar em constante adaptação a desafios sociais e económicos.

A importância da Literacia Financeira

A digitalização dos serviços financeiros, potencializada pela transformação tecnológica e pelo desenvolvimento das plataformas digitais, contribuiu para um aumento da rapidez, acessibilidade e diversidade das transações financeiras. No entanto, esta evolução trouxe também novos riscos, associados à segurança digital, à proteção de dados e ao aparecimento de produtos financeiros complexos e de fácil acesso, que podem potenciar situações de sobreendividamento ou escolhas inadequadas por parte dos consumidores (Boshara et al., 2010; Klapper et al., 2013). Em particular, a Literacia Financeira digital assume-se como uma habilitação indispensável para o normal funcionamento informado e responsável da cidadania no século XXI.

Além dos desafios trazidos pela digitalização, também o próprio conceito de Literacia Financeira tem vindo a transformar-se, acompanhando a evolução da sociedade. Já não se limita apenas à compreensão teórica de conceitos simples, mas abarca igualmente a sua aplicação prática em situações do quotidiano, como a gestão do dinheiro e a tomada de decisões financeiras. Huston (2010) destaca precisamente esta mudança de paradigma, ao definir a Literacia Financeira como a capacidade de um indivíduo compreender e utilizar de forma eficaz a informação relacionada com as suas finanças pessoais.

Esta evolução conceptual reforça ainda mais a ideia de que a Literacia Financeira não deve ser entendida apenas como uma competência individual, mas também como um fator com implicações sociais mais amplas. Populações com maiores níveis de literacia tendem a apresentar menor propensão ao sobreendividamento, maior capacidade de planeamento a longo prazo e maior resiliência perante crises económicas, contribuindo assim para sociedades mais equilibradas e sustentáveis. Considerando isto, investir na educação financeira desde cedo não é apenas uma estratégia de capacitação individual, mas também uma medida de responsabilidade social que promove a inclusão e reduz as desigualdades (Lusardi & Mitchell, 2014).

A crescente digitalização torna imprescindível adaptar estas habilidades a um formato tecnológico, simplificando o acesso através de ferramentas digitais interativas, como aplicações móveis educativas.

A Aprendizagem na Era Digital e o Papel das Aplicações Educativas

O desenvolvimento tecnológico e a transformação digital têm sofrido alterações significativas afetando o modo como o conhecimento é adquirido, difundido e aplicado. A conceção de aprendizagem deixou de estar restrita à sala de aula tradicional e passou a adotar um ecossistema digital cada vez mais interativo e descentralizado. Esta alteração resulta de uma tendência global que redefine o papel do estudante, deixando de ser um mero recetor passivo de informação para um participante ativo no seu próprio processo de aprendizagem, o que exige novas diretrizes pedagógicas alicerçadas na tecnologia (Vial, 2019). A designada era digital assenta no acesso ilimitado e contínuo à informação, obrigando a que a educação acompanhe esta transformação, sendo assim mais flexível, personalizada e adequada às realidades do dia a dia (OCDE, 2023).

Neste sentido, as inovações digitais sendo corretamente interligadas em contextos educacionais potenciam a motivação, envolvimento e autonomia dos estudantes. As análises sistémicas orientadas por J. W. M. Lai & Bower (2019) e Reinecke et al. (2022) revelam que o resultado das tecnologias na aprendizagem está profundamente dependente do modo como são implementadas: intervenções com objetivos claros, suporte por parte de docentes e ações práticas apresentam resultados claramente mais positivos do que perspetivas mais superficiais. Estes autores enfatizam ainda que a tecnologia

deve ser interpretada como uma ferramenta pedagógica complementar, sublinhando ainda a relevância de métodos de avaliação que incluam dimensões cognitivas, comportamentais e motivacionais.

A aprendizagem móvel (*mobile learning)* surge, neste contexto, como uma das expressões mais importantes da educação digital atual. Papers recentes demonstram que aplicações digitais podem melhorar o desempenho académico, potenciar a aprendizagem autónoma e fortalecer a motivação interna dos alunos, desde que sejam alicerçadas em princípios psicológicos sólidos (Naveed et al., 2023). A investigação de Jeno et al. (2017), mostra, por exemplo, que a utilização de uma aplicação promoveu ganhos pertinentes na aprendizagem e motivação de estudantes, amparando-se na Teoria da Autodeterminação, que valoriza a necessidade de autonomia, competência e relação. Num estudo posterior, C. Lai (2020) fortalecem estes resultados ao explicarem que o enquadramento de objetivos e o feedback sistemático numa app podem aumentar o esforço, o empenho e o sucesso dos estudantes, assegurando o potencial dos instrumentos digitais no desenvolvimento de meios de aprendizagem mais eficazes.

A integração de literacia digital e financeira adota, face ao exposto, uma relevância estratégica. De acordo com Klapper et al. (2013), o aumento da complexidade financeira juntamente com a célere digitalização dos serviços económicos proporciona novos desafios de compreensão e de tomada de decisão, requerendo capacidades particulares para utilizar os ambientes digitais. Assim, a promoção da Literacia Financeira digital torna-se basilar não só para assegurar escolhas financeiras mais esclarecidas, mas também para garantir uma participação social coesa numa economia que é cada vez mais tecnológica.

Em Portugal, a mudança digital no setor da educação tem sido guiada por políticas públicas e por análises que sublinharam não só o seu potencial como também os seus desafios operacionais. Gonçalves et al. (2020) apresentaram opiniões positivas, de um modo geral, por parte dos estudantes portugueses em relação à aprendizagem digital, apesar de serem apontadas algumas limitações ao nível da formação dos docentes e das infraestruturas tecnológicas. Dudley et al. (2019) destacam que o plano nacional português de mudança digital pretende exatamente dar resposta a estes desafios, fortalecendo uma cultura educativa mais inclusiva relativamente à experimentação tecnológica e às inovações curriculares.

Em suma, a literatura, nacional e internacional, converge na visão de que o uso de tecnologias digitais, especialmente, aplicações educativas, compõem uma resposta adequada às expectativas do século XXI. As evidências mostram que as apps educativas podem democratizar o processo de aprendizagem, flexibilizando os procedimentos de educação e facilitando a introdução de competências transversais como a Literacia Financeira, desde que sustentadas em princípios pedagógicos robustos e em políticas que garantam a equidade e qualidade no seu uso (Jeno et al., 2017; J. W. M. Lai & Bower, 2019; OCDE, 2023).

Perceções e Aceitação de Aplicações Digitais de Literacia Financeira

A aplicação de ferramentas digitais em cenário educativo depende, essencialmente, das perceções e atitudes dos seus usuários, que podem incluir estudantes, docentes e cidadãos. A literatura mais atual indica que a aceitação de aplicações de Literacia Financeira está diretamente relacionada com o nível de utilidade, facilidade de uso e importância prática no dia a dia financeiro. Ryu (2018) relata que a utilização de tecnologias financeiras é afetada pelo grau de Literacia Financeira digital e pela confiança na capacidade de gerir operações económicas através de dispositivos moveis, demonstrando assim a existência de diferenças consideráveis entre grupos etários e perfis socioeconómicos. Esta conclusão é reforçada por M. Anwarul Islam & Saifuddin Khan (2024), que examinaram diferentes grupos populacionais e indicaram que o entendimento de autoeficácia financeira e experiências prévias moldam a disposição para o uso de ferramentas digitais educativas.

Tendo em conta o enquadramento específico de estudantes, Amagir et al. (2018) salientaram que a compreensão de utilidade das ações educativas em Literacia Financeira está diretamente correlacionada à ligação entre conteúdos e a vida real, o que realça a necessidade de aplicações que promovam aprendizagens bem definidas e imediatamente aplicáveis. Adicionalmente, a aceitação, da população como um todo, de aplicações educativas pode ser analisada à luz do modelo UTAUT2, aplicado por Venkatesh et al. (2012), mencionando que a intenção de uso é substancialmente afetada pelas expectativas de desempenho, esforço percecionado e hábitos digitais já estabelecidos.

Como resultado, torna-se claro que qualquer proposta de materiais educativos financeiros deve ter por base um desenho pedagógico que considere as perceções dos potenciais utilizadores, incluindo funções intuitivas, temas importantes e mecanismos que desenvolvam a confiança e autonomia na tomada de decisões financeiras.

Aplicações de Literacia Financeira existentes e evidência do seu impacto

A oferta de apps e instrumentos digitais orientadas para a Literacia Financeira é heterogénea, existindo ferramentas de tracking orçamental e simuladores até plataformas gamificadas. Ensaios experimentais atuais revelam que aplicações bem construídas são capazes de aperfeiçoar o conhecimento financeiro e a perceção sobre preços de mercado, ainda que o impacto sobre o comportamento de poupança e endividamento possam ser diferentes e dependam da construção da intervenção (Frisancho et al., 2023).

Frisancho et al. (2023) testaram através de uma intervenção com o apoio de uma aplicação de registo orçamental (monitorizada através de visitas e SMS) em jovens e encontraram resultados positivos e consistentes nos temas da Literacia Financeira e na consciência de preços, apesar dos efeitos sobre os depósitos de poupança serem nulos e o uso de crédito ter aumentado para alguns subgrupos. Este estudo revela que apps simples, se forem incluídas ao nível comportamental permitem o aumento do conhecimento e consciência.

Um estudo aleatório de Angel (2018) comparou três ferramentas financeiras (sendo uma delas uma aplicação de gestão orçamental) e observou que o uso da app aumentou a regularidade de consulta das contas e algumas medidas práticas financeiras.

De um ponto de vista diferente da evidência experimental, é essencial analisar algumas apps de Literacia Financeira utilizadas em diversos contextos educativos. O *Zogo* tem sido amplamente referido na literatura por incorporar microligações gamificadas, recompensas e módulos curtos que ensinam conceitos como juros, cartões de crédito ou planeamento, sendo utilizada nas escolas e programas comunitários nos EUA. O *Gimi*, direcionado para adolescentes, trabalha a gestão da mesada com tarefas, poupança por objetivos e atividades educativas sobre consumo responsável, sendo

recomendado por várias instituições europeias para educação financeira juvenil. A aplicação *Revolut*, integrada com um ambiente digital bancário, disponibilizando módulos de Literacia Financeira sobre riscos, juros e investimentos básicos, assim como, segurança digital, relacionando os novos conhecimentos com simulações diretas em ambiente financeiro real. Por fim, o *Khan Academy – Money Skills* que disponibiliza conteúdos multimédia gratuitos sobre orçamentos, crédito e decisões financeiras cruciais, que é frequentemente utilizado como complemento curricular em escolas.

Em síntese, a literatura existente mostra que as apps de Literacia Financeira têm a potencialidade de melhorar o conhecimento e promover maior consciência financeira, no entanto o impacto comportamental depende bastante do método de intervenção. Importa referir que, observando todas estas plataformas, como um conjunto, percebemos que representam abordagens distintas – gamificação (Zogo), aprendizagem no dia a dia financeiro (Revolut Learn), treino prático de conhecimentos (Gimi) e conteúdos estruturados de multimédia (Khan Academy) demonstrando a relevância de integrar diferentes estratégias pedagógicas digitais — como vídeo, gamificação e microaprendizagem — no desenvolvimento de conteúdos de Literacia Financeira.

Conteúdos educativos

Literacia Financeira enquanto política pública

A Literacia Financeira tem vindo a ser progressivamente entendida como uma prioridade enquanto política pública no nosso país. A introdução do *Plano Nacional de Formação Financeira (PNFF)* lançado em 2011 pelo Conselho Nacional de Supervisores Financeiros, retrata um marco no esforço de estruturar uma estratégia nacional bem definida para a educação financeira (Banco de Portugal et al., 2023). Este projeto, acompanhado pelas recomendações da (*OECD/INFE High-Level Principles on National Strategies For Financial Education*, 2012), visa promover uma abordagem adequada e de longo prazo, que possibilite articular forças entre escolas, instituições políticas, reguladores e setor privado. Adicionalmente, a Literacia Financeira passa a ser vista como um eixo estratégico de política educativa e social e não como uma responsabilidade individual.

Este estudo insere-se, assim, no enquadramento das políticas nacionais, complementando o Plano Nacional de Formação Financeira (PNFF) com uma abordagem digital e pedagógica visa reforçar o alcance da educação financeira.

Conteúdos Estruturantes para conteúdos educativos de Literacia Financeira

A definição dos conteúdos que devem ser incluídos num programa de Literacia Financeira carece de uma abordagem estruturada e fundamentada em evidências empíricas internacionais. O relatório da (OCDE & INFE, 2020) consiste numa das referências mais fortes nesta matéria, como alguns temas fundamentais: cálculo de juros, inflação, diversificação, gestão de risco, planeamento financeiro, compreensão de crédito, instrumentos de poupança e produtos de investimento. Estes temas traduzem a base mínima apontada como necessária para o exercício de direitos e deveres socio-económicos do século XXI.

Potrich et al. (2016) aprofundam esta perfectiva ao confirmarem que a Literacia Financeira deve ser criada com base em três dimensões: conhecimento, comportamento e atitudes, preconizando que os programas curriculares devem incluir não apenas conteúdos cognitivos, mas também atividades que desenvolvam comportamentos responsáveis e atitudes de planeamento. Outros estudos adicionais, como Yakoboski et al. (2022), revelam que jovens adultos apresentam lacunas bastante acentuadas em conceitos como risco, planeamento e uso de produtos financeiros, o que por sua vez dá força à necessidade de integrar estes tópicos num currículo base.

Em virtude disso, os recursos educativos desenvolvidos neste projeto fundamentam-se nestas recomendações internacionais, tentando reproduzir estes assuntos fundamentais em explicações simples e acessíveis através de microlearning educativo. Cada vídeo será concebido para abordar um conceito específico de Literacia Financeira, permitindo a aprendizagem progressiva e adaptada aos diferentes níveis de conhecimento dos utilizadores.

Metodologias Pedagógicas Digitais: Microlearning e Aprendizagem Ativa

A inclusão de metodologias pedagógicas digitais é fundamental para garantir a eficácia das aplicações educativas. O microlearning, estudado por Buchem & Hamelmann (2010), apresenta vantagens significativas para temas complexos, possibilitando a sua divisão em unidades mais reduzidas, mais facilmente compreensíveis e enquadradas nos modelos atuais de consumo digital. Esta metodologia é especialmente pertinente para aplicações móveis, que valorizam sessões de utilização curtas e frequentes.

A aprendizagem ativa, por outro lado, beneficia da mobilidade e interatividade das tecnologias digitais. Papers como o de Jeno et al. (2017) revelam que aplicações educativas organizadas de forma ativa ampliam consideravelmente a motivação interna de cada indivíduo e o desempenho académico. A meta-análise de Sung et al. (2016) dá força a esta evidência ao concluir que a integração com metodologias ativas tem impacto positivo no desempenho dos estudantes.

Conclui-se então, que a combinação das duas estratégias – microlearning e aprendizagem ativa – cria uma estrutura pedagógica sólida para desenvolver conteúdos financeiros que sejam motivadoras, eficientes e ajustáveis as necessidades dos utilizadores.

Neste contexto, estas abordagens pedagógicas não são apenas enquadramentos teóricos, mas elementos estruturantes do desenho dos conteúdos educativos. A utilização de microlearning representa a segmentação dos conteúdos em vídeos curtos, cada um dirigido a um conceito específico, promovendo a aprendizagem progressiva. Por outro lado, os princípios de aprendizagem ativas são incorporados através da utilização de exemplos práticos, questões orientadoras e aplicação a situações do quotidiano. Deste modo, a estruturação dos conteúdos reflete os contributos da literatura, assegurando coerência entre teoria e aplicação prática.

Aprendizagem baseada em vídeo (video-based learning) e microlearning na educação digital

A assimilação de conhecimentos com recurso a vídeo tem assumido crescente importância nas diferentes estratégias educativas digitais. Segundo Mayer (2020), conteúdos multimédia bem sistematizados podem aumentar significativamente a retenção de conhecimento se seguirem princípios fundamentais, como a segmentação de informação, coerência visual e integração adequada entre elementos visuais e auditivos. Estes pressupostos são particularmente essenciais para a aprendizagem online e em aplicações móveis.

Seguindo a mesma lógica, o conceito de microlearning é cada vez mais uma prática comum em educação digital. Esta tipologia de abordagem tem como fundamento a divisão dos conhecimentos em unidades curtas e altamente focadas, possibilitando que os utilizadores interiorizem conceitos específicos em períodos mais reduzidos. Buchem & Hamelmann (2010); Shail (2019) assumem que esta metodologia se adapta especialmente bem às plataformas móveis e aos padrões atuais de consumo digital, distinguindo-se por sessões curtas, mas frequentes.

A interligação de conteúdos audiovisuais curtos com estratégias de microlearning demonstra, assim, grande capacidade para a transmissão de conceitos de Literacia Financeira, podendo simplificar temas complexos e facilitar a aprendizagem para públicos jovens.

Importância da Literacia Financeira no Ensino Secundário e no trajeto de uma Vida Saudável

A Literacia Financeira interpreta uma componente central na promoção de uma vida mais responsável, saudável e criteriosa, sendo assim essencial a sua introdução desde muito cedo.

O estudo PISA 2022, (Equipa de Estudos Internacionais, 2024), que conta com dados recentes aponta que, apesar de Portugal ter obtido uma prestação de acordo com a média da OCDE (494 pontos face à média de 498), ou seja, 15% dos alunos, de 15 anos, do nosso país, não alcançaram o nível mínimo de proficiência, demonstrando

fragilidades que poderão ser entendidas como preocupantes. Por outro lado, apenas 7% alcançaram o nível mais elevado, sendo assim mais ágeis perante casos financeiros mais complexos. Estes dados revelam que uma parte assinalável dos jovens portugueses estão longe de possuir as ferramentas adequadas para gerir corretamente as suas poupanças/finanças minimizando o risco do seu bem-estar futuro. O artigo realça ainda que estes resultados estão altamente relacionados com o estatuto socioeconómico. Adicionalmente, o estudo expõe que apenas cerca de 30% dos alunos tem acesso a informação sobre Literacia Financeira, na sala de aula, principalmente através das disciplinas de matemática e cidadania.

No nosso país, a inserção de educação financeira nos programas educativos tem sido bastante debatida. Um artigo orientado por Pacheco et al. (2016) averiguou o grau de Literacia Financeira de estudantes do terceiro ciclo e Secundário, demonstrando a existência de carências assinaláveis nos conhecimentos financeiros dos alunos.

Em Portugal, o Referencial de Educação Financeira, elaborado pelo Ministério da Educação em conjunto com o Conselho Nacional de Supervisores Financeiros (CNSF), concebeu o "Referencial de Educação Financeira" (Dias et al., 2013), com a finalidade de encaminhar a introdução da educação financeira em todas as fases da educação. Estas diretrizes atuam como um guia para os docentes incluírem temas financeiros nas suas metodologias de ensino, estimulando uma compreensão financeira entre os estudantes. Nesta linha, Delavande et al. (2008) considera a Literacia Financeira como uma forma de capital humano acumulado ao longo da vida, resultante da aprendizagem de práticas essenciais de gestão de receitas, despesas e poupança. Assim, a Literacia Financeira é vista não apenas como conhecimento, mas também como um recurso dinâmico e cumulativo, indispensável ao bem-estar individual.

A Literacia Financeira na atualidade é vista como uma componente determinante do bem-estar económico individual e coletivo. Indivíduos com maior conhecimento financeiro tendem a conseguir tomar decisões de poupança e planeamento mais eficazes, a preparar melhor a reforma e a evitar comportamentos de risco que conduzam ao sobreendividamento. De acordo com Lusardi & Mitchell (2011, 2011), a educação financeira deve ser introduzida desde cedo, idealmente ainda durante o percurso escolar, já que as divergências de literacia podem acentuar desigualdades sociais e económicas, afetando sobretudo adolescentes, mulheres e indivíduos de classes socioeconómicas

mais baixas. Os mesmos autores demonstram que, em diferentes países, adultos com maior literacia apresentam maior aptidão para o planeamento da reforma, inferiores níveis de endividamento e comportamentos de poupança mais sólidos, o que confirma o seu papel estruturante na estabilidade económica pessoal. Em complemento, Klapper et al. (2013) analisa os efeitos da literacia em circunstâncias de crise, reforçando a sua relevância para a resiliência financeira. Assim, a Literacia Financeira deve ser entendida não apenas como um instrumento económico, mas também como uma ferramenta de inclusão social e de promoção da autonomia individual.

Adicionalmente, existem exemplos reais da aplicação prática de educação financeira em contexto escolar que expressam o impacto na aquisição de conhecimentos por parte dos alunos. Com especial destaque para o estudo de simulação "O Meu Futuro Financeiro" (Mendonça et al., 2025), desenvolvido em ambiente universitário, onde os alunos utilizaram conhecimentos de conceitos, nomeadamente de orçamento, gestão de despesas, escolhas de produtos financeiros e planeamento de poupança. Com base na análise de vários cenários de crédito, opções de investimento e práticas de consumo informado, o exercício revelou-se uma ferramenta eficiente para desenvolver o pensamento crítico e a independência financeira dos jovens. Este tipo de abordagem prática define o modelo de aprendizagem que inspira a estrutura da aplicação de Literacia Financeira proposta neste projeto, desenvolvida para proporcionar aos utilizadores uma experiência ativa, autónoma e contextualizada.

Dimensão comportamental da Literacia Financeira

Segundo a literatura, a educação financeira não se restringe apenas ao domínio cognitivo, esta também abrange atitudes e comportamentos. Huston (2010) sugere o conceito de Financial capability, que aglomera conhecimentos teóricos e a capacidade de transformar esse conhecimento em práticas financeiras conscientes. Investigações como a de Fernandes et al. (2014) indicam que várias vezes a simples transmissão de informação não se manifesta em mudanças comportamentais estáveis, a não ser que essas intervenções sejam idealizadas para alterar hábitos e atitudes. Este ponto de vista, fortalece a ideia de que a Literacia Financeira deve ser vista como um cabaz de

competências cognitivas, comportamentais e motivacionais, que possibilitam ao indivíduo governar melhor os seus recursos ao longo da vida.

Impacto da Educação Financeira em Estudantes Universitários

Alguns estudos referem que uma parte considerável dos estudantes universitários tem conhecimentos "algo limitados" em relação a finanças pessoais. Barbosa Dias (2022) através do seu artigo, investigou os indicadores que manipulam a Literacia Financeira entre os alunos universitários em Portugal, verificando uma correlação positiva entre alto grau de Literacia Financeira e um melhor bem-estar financeiro.

Níveis extremamente baixos de Literacia Financeira especialmente entre jovens são apontados em vários artigos. Chen Haiyang & Volpe Ronald (s.d.), num artigo vanguardista com estudantes universitários nos Estados Unidos, revelou que estes alunos apresentavam noções bastante reduzidas sobre finanças pessoais. Contudo, estudantes de áreas relacionadas com a área de negócios, homens e alguns que já tinham experiência em investimentos relevavam resultados mais favoráveis.

Estes artigos realçam que formação financeira prévia pode oferecer aos alunos as ferramentas necessárias para uma gestão financeira mais cuidadosa.

Adicionalmente, projetos como "No poupar Está o Ganho", diligenciado pela Fundação Dr. António Cupertino de Miranda, são exemplos disso. Em parceria com a Universidade do Porto (s.d.), tem conseguido resultados na difusão da literatura financeira entre alunos de todas as etapas do ensino pré-universitário.

Estas evidências sustentam a carência de ferramentas digitais que sejam direcionadas para atingir estudantes e cidadãos em diferentes etapas da vida.

Integração da Literacia Financeira a nível Global

A educação financeira tem motivado cada vez mais interesse a nível mundial, com diversas atitudes governamentais e institucionais promovendo a sua importância para o progresso das capacidades económicas dos cidadãos. Em resultado, a União Europeia tem legitimado o valor de incorporar Literacia Financeira nos programas escolares desde o primeiro ciclo, procurando reduzir os baixos níveis de educação financeira

registados em muitos países. Conforme um relatório da autoria de Leitão (2024), o Conselho Europeu tem pressionando os estados-membros a incluir este tema nos planos curriculares, garantindo que as crianças obtenham as ferramentas fundamentais em gestão financeira desde tenra idade.

No Reino Unido, a Literacia Financeira já é obrigatória para alunos entre os 14 e 16 anos desde 2014. À luz do exposto, como indicado no portal (Plano Nacional de Formação Financeira (PNFF), 2013) os temas lecionados estão relacionados com assunto fulcrais como orçamentos, juros, créditos, dívida e gestão de riscos financeiros, possibilitando aos jovens a aprendizagem de competências práticas para a vida adulta. Este tipo de ação também é adotado na Alemanha, segundo Merry (2025), organizações de ensino como o Frankfurt High School estão a introduzir programas educativos de finanças pessoais. Este comportamento é entendido como um passo fundamental para preparar os alunos para os possíveis desafios futuros e reduzir a vulnerabilidade financeira da população.

Por outro lado, nos Estados Unidos, a abordagem à educação financeira altera de acordo com o estado. Contudo, existe um movimento crescente com vista a colocar esta disciplina obrigatória no ensino médio. Em algumas zonas como o Estado de Michigan, os estudantes têm de concluir um plano de Literacia Financeira antes de se poderem graduar.

Esta tipologia de ações refletem o caminho que a sociedade mundial pretende traçar relativamente a este assunto, sendo cada vez mais valorizada a educação financeira dos jovens. A introdução destas temáticas desde o mais cedo possível pode ser uma solução viável para promover a estabilidade económica e reduzir problemas financeiros em jovens adultos.

Eficácia das intervenções educativas: o que funciona (e o que não funciona)

A introdução da literatura financeira apresenta resultados variados, mas possibilita identificar padrões interessantes para desenho de recursos educativos. Revisões e estudos experimentais Fernandes et al., 2014; Hastings et al., 2012; Mandell & Klein (2009) indicam que intervenções mais eficientes são as que se sustentam num diagnóstico prévio das lacunas dos alunos e que recorrem a atividades práticas sendo,

posteriormente, devidamente acompanhadas. Quando estes elementos são alinhados tendem a gerar melhorias mensuráveis no conhecimento e, por vezes, em comportamentos posteriores.

Estudos clássicos Chen Haiyang & Volpe Ronald (s.d.) demonstram ainda que estudantes universitários frequentemente apresentam lacunas de conhecimento que se associam a decisões incorretas, o que sugere que intervenções no Ensino Secundário poderiam antecipar benefícios a longo prazo.

Um dos desafios recorrentes na investigação em Literacia Financeira prende-se com a forma como este conceito é avaliado. Lusardi & Mitchell (2014) salientam que a medição deve conjugar diferentes dimensões — conhecimento, comportamento e atitudes — de modo a captar uma visão holística da competência financeira. Em linha com esta preocupação, a (*OECD/INFE Toolkit for Measuring Financial Literacy and Financial Inclusion 2022*, 2022) desenvolveu um *Toolkit* de Medição da Literacia Financeira, que fornece instrumentos padronizados para recolha de dados comparáveis a nível internacional. Esta discussão metodológica é particularmente relevante para investigações aplicadas, como a presente, dado que o rigor na avaliação é essencial para identificar lacunas reais e fundamentar intervenções educativas eficazes.

Literacia Financeira Digital (Digital Financial Literacy) e Conteúdos Educativos Digitais

A *digital financial literacy* surge como uma extensão natural da Literacia Financeira tradicional, combinando conhecimentos económicos e competências digitais essenciais à sobrevivência no mundo financeiro. Relatórios da (OCDE, 2023) e da INFE destacam a importância de incluir estas competências em plataformas digitais de aprendizagem, como aplicações, que possibilitam adaptar os conteúdos a diferentes perfis de utilizadores. Neste sentido, este projeto propõe o desenvolvimento de conteúdos educativos digitais em formato de micro-vídeos, alinhados com as orientações do PNFF e com as recomendações internacionais para a promoção da Literacia Financeira digital.

Análise analítica da literatura

A revisão de literatura avaliada revela um consenso relativamente à importância da Literacia Financeira enquanto determinante essencial do bem-estar económico individual e coletivo. Papers como Klapper et al., 2013; Lusardi & Mitchell (2014) evidenciam de forma consistente a associação entre níveis mais elevados de Literacia e melhores decisões financeiras, particularmente ao nível da poupança, gestão de dívida e planeamento a longo prazo.

Contudo, persistem algumas divergências relativamente à eficiência das intervenções educativas. Enquanto alguns estudos indicam para impactos positivos no conhecimento financeiro, outros sugerem que os efeitos ao nível do comportamento são limitados e dependem fortemente da forma como as intervenções são construídas Fernandes et al. (2014). Esta evidência, sugere que a simples transmissão de conhecimento pode ser insuficiente, sendo necessária a integração de abordagens pedagógicas mais interativas e aplicadas.

Além disso, reconhece-se uma lacuna relevante na literatura relativamente à articulação entre conteúdos educativos e preferências dos utilizadores em contextos digitais. Apesar de existirem estudos sobre aplicações e ferramentas financeiras, é menos explorada a forma como estes conteúdos podem ser desenhados com base em evidencia empírica sobre necessidades concretas dos utilizadores. É exatamente neste ponto que o presente projeto tenta contribuir, propondo uma abordagem centrada no utilizador e sustentada em dados recolhidos através de um questionário.

Apesar do consenso generalizado quanto à importância da Literacia Financeira, a literatura revela limitações na eficácia das intervenções educativas, especialmente ao nível da alteração comportamental, o que reforça a necessidade de abordagens pedagógicas mais aplicadas e centradas no utilizador. Esta divergência sugere que a simples transmissão de conhecimento poderá ser insuficiente, reforçando a necessidade de abordagens pedagógicas mais aplicadas, interativas e centradas no utilizador.

Metodologia

O presente estudo será desenvolvido através de uma abordagem quantitativa, tendo como base a recolha e análise de dados, esta recolha será efetuada através de um questionário online. O principal objetivo desta análise consiste em interpretar os níveis de Literacia Financeira dos participantes, identificar lacunas de conhecimento e analisar as preferências dos utilizadores relativamente à aprendizagem financeira em ambientes digitais.

O questionário foi difundido online e dirigido a um público diversificado, incluindo estudantes universitários, jovens adultos e outros utilizadores interessados no tema de Literacia Financeira

O instrumento de recolha é composto por questões relacionadas com noções financeiras básicas, como inflação, juros ou gestão orçamental, assim como perguntas sobre hábitos de aprendizagem digital, utilização de apps educativas e preferências em relação a formatos de conteúdos educativos. Adicionalmente à recolha de conhecimentos, o questionário conteve também questões sobre perceções e interesse no processo de aprendizagem de Literacia Financeira através de ferramentas digitais, permitindo identificar os formatos considerados mais úteis pelos participantes.

Os dados registados foram analisados com recurso a estatística descritiva, utilizando Microsoft Excel, com o objetivo de identificar padrões gerais nas respostas dos participantes, em particular níveis de conhecimento financeiro, temas considerados mais pertinentes e preferências de aprendizagem.

Partindo dos resultados obtidos, foram identificados os temas de Literacia Financeira considerados mais relevantes ou menos dominados pelos participantes. Com base nesta análise foi desenvolvida uma proposta estruturadas de conteúdos em formato de pequenos vídeos, organizados segundo princípios de microlearning. Cada vídeo será dedicado a um conceito financeiro específico, com a finalidade de explicar de forma clara e acessível temas fulcrais de Literacia Financeira.

Estes materiais educativos poderão futuramente ser integrados numa aplicação educativa ou plataforma digital dedicada à promoção de Literacia Financeira.

A escolha de uma abordagem quantitativa justifica-se pela necessidade de obter uma visão agregada dos níveis de Literacia Financeira e das preferências dos

participantes, permitindo identificar padrões gerais que sustentam a proposta de conteúdos educativos.

Metodologia Questionário

A recolha dos dados foi realizada através de um questionário online, divulgado por conveniência através de redes sociais e contactos pessoais, o que implica um processo de amostragem não probabilístico. Como critérios de inclusão, consideram-se indivíduos com idade igual ou superior a 13 anos e com capacidade de compreensão do questionário.

Esta abordagem apresenta limitações importantes, nomeadamente o risco de enviesamento da autosseleção, uma vez que os participantes são, à partida, indivíduos com maior interesse no tema ou maior Literacia Digital.

A análise dos dados recolhidos assume uma natureza exclusivamente descritiva, centrando-se na identificação de padrões gerais presentes nas respostas dos participantes. Não foram realizados testes de inferência estatística, não sendo possível estabelecer assim relações causais entre variáveis. Neste sentido, estes dados devem ser interpretados como indicativos e exploratórios, sendo o principal contributo do questionário de natureza pedagógica, orientando o desenho dos conteúdos educativos.

A construção do questionário teve como referência o (*OECD/INFE Toolkit for Measuring Financial Literacy and Financial Inclusion 2022*, 2022), amplamente utilizado na literatura. As questões incluem diferentes formatos, nomeadamente perguntas fechadas de escolha múltipla, escalas de Likert para autoavaliação e questões de conhecimento objetivo.

Em particular, o questionário procurou refletir as três dimensões centrais das propostas pelo OCDE/INFE Toolkit: conhecimento financeiro, comportamentos financeiros e atitudes financeiras. As questões de conhecimento incidem sobre conceitos fundamentais como juros, inflação e diversificação; as questões comportamentais abordam praticas de gestão financeira e tomada de decisão; e as questões de perceção e preferências captam atitudes face à aprendizagem e utilização de ferramentas digitais. Apesar de não reproduzir integralmente o instrumento original, a estrutura adotada segue a

sua lógica conceptual, permitindo uma aproximação metodológica às boas práticas internacionais.

O nível de Literacia Financeira foi avaliado com base nas respostas corretas às questões de conhecimento, possibilitando construir um indicador simples de Literacia, ainda que não comparável diretamente com índices padronizados internacionalmente.

Para operacionalizar este indicador, foi construído um score de Literacia Financeira com base no número de respostas corretas às questões de conhecimento objetivo incluídas no questionário. Cada resposta correta foi codificada como 1 e cada resposta incorreta ou "não sei" como 0, sendo posteriormente agregadas num índice simples. O score final foi normalizado numa escala de 0 a 100, permitindo uma interpretação mais intuitiva dos resultados. Para efeitos de análise foram ainda definidos três níveis de literacia financeira: baixo (0-40), intermédio (41-70) e elevado (71-100). Esta abordagem, ainda que simplificada, encontra-se alinhada com práticas comuns na literatura e permite captar diferenças relativas entre indivíduos, embora não possibilite uma comparação direta com indicadores internacionais padronizados.

Reflexão sobre implicação do tópico em matéria de ética ou sustentabilidade ou responsabilidade social

Desenvolvimento de conteúdos educativos digitais de Literacia Financeira para a sociedade não se foca apenas na parte educativa, mas também num dever moral, de sustentabilidade e responsabilidade social. Num universo que tem vindo a ficar cada vez mais complexo a nível financeiro, investir nas competências dos jovens para que estes tomem decisões informadas revela-se uma forma de fortalecimento social, diminuindo desigualdades e aumentando a inclusão.

Numa perspetiva mais ética, instruir as pessoas com conhecimentos de Literacia Financeira apoia o combate a consumo não consciente e endividamento excessivo, recorrentemente incentivados através de campanhas de marketing agressivas e produtos financeiros mal compreendidos. Educar consumidores de forma a serem críticos e informados significa também contribuir para ligações mais justas entre pessoas e entidades financeiras.

Do ponto de vista da sustentabilidade, opções financeiras criteriosas têm uma correlação positiva com estilos de vida mais equilibrados e sustentáveis. Projetar despesas, poupar e prevenir o desperdício de recursos financeiros são exemplos de comportamentos que se manifestam em escolhas mais sustentáveis.

Por fim, em relação à responsabilidade social, a educação financeira é uma ferramenta fundamental para interromper ciclos de pobreza e exclusão. Adolescentes com mais habilitações financeiras tendem a ter maior capacidade para gerir os seus rendimentos, planificar investimentos e antecipar situações de vulnerabilidade.

Sob esta perspetiva, este projeto apresenta-se não só como uma solução educativa, mas principalmente como um procedimento social com um impacto duradouro, promovendo a autonomia e equidade social.

Análise dos Resultados do Questionário e Discussão das Evidências Empíricas

Caracterização da Amostra

A análise dos dados recolhidos através do questionário permite obter uma visão abrangente sobre os níveis de Educação Financeira dos inquiridos, assim como as suas preferências em relação à aprendizagem em ambientes digitais. A amostra é composta por 148 participantes, apresentando uma maior incidência de indivíduos com idades entre os 18 e os 24 anos, que representam cerca de 57% do total. Esta concentração em jovens adultos revela-se consistente com o público-alvo do projeto, uma vez que este se orienta para o desenvolvimento de conteúdos educativos adaptados a utilizadores com elevada familiaridade com a digitalização.

Autoavaliação da Literacia Financeira

Relativamente à autoavaliação da Literacia Financeira, verifica-se que a maioria dos participantes se posiciona em níveis intermédios. Cerca de 47% dos inquiridos classificam os seus conhecimentos com um nível de 3 numa escala de 1 a 5, enquanto 24% se situam no nível 4. Contudo, uma pequena fração dos participantes se posiciona nos níveis elevados, sendo igualmente reduzida a percentagem que se consideram com

níveis muito baixos de conhecimento, o que pode indicar uma sobrevalorização das competências financeiras por parte dos indivíduos.

Além da distribuição percentual observada, a média da autoavaliação de Literacia Financeira encontra-se em 3,11 numa escala de 1 a 5, reforçando a perceção global de conhecimentos intermédios por parte dos participantes.

Avaliação do conhecimento financeiro

No entanto, a análise das respostas a questões de avaliação objetiva evidencia uma discrepância significativa entre a perceção dos participantes e o seu conhecimento efetivo. No que diz respeito ao entendimento do Fundo de Garantia de Depósitos, apenas 18,2% dos participantes responderam corretamente, o que pode indicar uma lacuna relativamente ao funcionamento do sistema financeiro. Da mesma forma, o entendimento de conceitos associados ao crédito, nomeadamente a relação entre a Euribor e o spread, apresenta reduzidos níveis de acerto, com aproximadamente 27,7% de respostas corretas, demonstrando dificuldades nos mecanismos fundamentais do crédito.

Por outro lado, alguns conceitos apresentam níveis de compreensão relativamente elevados. No caso da inflação, cerca de 59,5% dos participantes demonstram um entendimento adequado, enquanto as questões relacionadas com o cálculo de juros têm uma taxa de acerto de cerca de 55,4%. Apesar destes valores serem elevados, continuam a indicar que uma parte considerável dos participantes não domina plenamente estes conceitos. Em relação ao princípio da diversificação, observa-se uma distribuição mais heterogénea das respostas, sendo que uma parte dos inquiridos demonstra que compreende corretamente a importância da distribuição do risco, enquanto outros revelam dúvidas ou desconhecimento.

Os resultados evidenciam que apesar de uma perceção generalizada de conhecimentos intermédios, existem lacunas significativas em áreas fundamentais de Literacia Financeira, em particular nos domínios do crédito e do funcionamento dos instrumentos financeiros. Esta disparidade entre perceção e conhecimento real assume particular relevância, visto que conduz a tomada de decisões baseadas num nível de confiança superior ao efetivo grau de conhecimento, aumentando o risco de escolhas inadequadas.

Comportamentos financeiros

Em relação aos comportamentos financeiros, os resultados indicam que os participantes têm contacto frequente com decisões relacionadas com a gestão financeira. A utilização de aplicações financeiras e ferramentas digitais encontra-se presente, embora não sendo de forma generalizada, o que indica abertura para utilização de soluções tecnológicas, mas também a necessidade de reforçar a sua adoção enquanto instrumento de apoio à decisão financeira.

Os resultados identificam uma relação significativa entre conhecimento financeiro e comportamento dos indivíduos. As lacunas evidentes em conceitos fundamentais, quando combinadas com a frequência de decisões financeiras reportada pelos participantes, sugere que muitos indivíduos enfrentam decisões reais sem disporem de conhecimentos adequados. Esta situação pode conduzir a decisões inconscientes com os seus objetivos de longo prazo, reforçando a importância das intervenções educativas que privilegiem não apenas a transmissão de conhecimentos, mas a sua aplicação prática também.

Necessidades de aprendizagem

Relativamente às necessidades de aprendizagem, os resultados evidenciam de forma clara que os inquiridos manifestam maior interesse em aprofundar conhecimentos nas áreas de investimentos, créditos e empréstimos, bem como fiscalidade. Estes resultados assumem particular relevância no contexto deste projeto, uma vez que os temas identificados pelos participantes coincidem com aqueles selecionados para o desenvolvimento dos conteúdos educativos, reforçando a adequação da proposta às necessidades identificadas.

Dimensão Económica

Os resultados obtidos apresentam implicações económicas relevantes. As lacunas em áreas como crédito, instrumentos financeiros e fiscalidade sugerem que uma parte significativa dos indivíduos poderá tomar decisões financeiras subótimas, tendo impacto direto no seu bem-estar económico.

Particularmente, dificuldades na compreensão de conceitos como taxas de juro, custo do crédito ou diversificação podem traduzir-se em escolhas menos eficientes, como a seleção de produtos financeiros com encargos mais elevados, a subavaliação do risco associado ao endividamento ou a ausência de estratégias de investimento adequadas. Estas decisões podem, a longo prazo, conduzir a níveis superiores de endividamento, menor poupança e maior vulnerabilidade a choques económicos.

Esta discrepância reforça a relevância económica das lacunas identificadas, na medida em que pode influenciar negativamente a qualidade das decisões financeiras, contribuindo para comportamentos de risco e escolhas subótimas.

Assim, os resultados justificam a necessidade de intervenção educativa e reforçam a relevância da Literacia Financeira enquanto determinante do comportamento financeiro e do bem-estar individual.

Preferências pedagógicas

Analisando as preferências pedagógicas estas revelam uma clara predominância de formatos audiovisuais. Particularmente, 41,9% dos participantes indicam preferência por vídeos curtos, o que torna este formato o mais valorizado entre as opções apresentadas.

Outros formatos apresentam menor relevância, nomeadamente simulações (23,6%) e exercícios práticos (19,6%), enquanto texto simples é preferido apenas por 10,1% dos inquiridos.

Estes resultados evidenciam uma preferência significativa por conteúdos visuais e dinâmicos, reforçando a adequação da utilização de pequenos vídeos como principal formato educativo no âmbito deste projeto.

Aceitação de soluções digitais

Estes resultados indicam uma elevada aceitação relativamente à utilização de uma aplicação de Literacia Financeira, sendo que esta app é percecionada como uma ferramenta útil para melhorar o conhecimento financeiro e apoiar a tomada de decisões. A intenção de utilização e recomendação por parte dos participantes sustenta o

potencial de implementação de soluções digitais neste domínio, comprovando a existência de condições favoráveis para a integração dos conteúdos educativos desenvolvidos numa aplicação.

Análise Estatística Adicional

Com a finalidade de aprofundar a análise descritiva dos dados recolhidos, foram consideradas medidas adicionais, entre elas estatísticas de tendência central e relações entre variáveis.

A média de autoavaliação da Literacia Financeira (3,11) contraria os níveis de conhecimento efetivo observados, salientando uma discrepância entre perceção e desempenho.

Os dados sugerem ainda a existência de alguma heterogeneidade entre participantes, em particular ao nível da idade e da exposição a ferramentas digitais, fatores que podem influenciar tanto conhecimento financeiro como as preferências de aprendizagem.

É possível ainda observar-se uma relação positiva entre utilização de ferramentas digitais e predisposição para aprendizagem financeiras, o que sugere que indivíduos mais familiarizados digitalmente poderão apresentar maior abertura à aquisição de conhecimentos financeiros através de aplicações educativas.

Apesar de não terem sido realizadas análises inferenciais formais, a observação descritiva dos dados sugere a existência de relações relevantes entre variáveis. Em particular, verifica-se uma tendência para níveis mais elevados de Literacia Financeira entre indivíduos com maior frequência de utilização de ferramentas digitais, o que pode refletir uma maior exposição a conteúdos financeiros.

Do mesmo modo, participantes mais jovens demonstram maior preferência por formatos digitais e interativos, enquanto outros grupos apresentam maior heterogeneidade nas respostas. Estas relações devem, contudo, ser interpretadas com cautela, não sendo possível estabelecer qualquer relação causal, mas fornecendo indicações úteis para o desenho dos conteúdos educativos.

Limitações da Análise e Considerações Metodológicas

Não obstante, é necessário reconhecer algumas limitações associadas ao presente estudo. Em primeiro lugar, a amostra apresenta uma elevada concentração de indivíduos jovens e com níveis de escolaridade relativamente elevados, o que pode influenciar os resultados obtidos e limitar a sua generalização à população em geral.

Adicionalmente, a recolha de dados através de um questionário apenas em formato digital pode induzir enviesamentos associados ao acesso e familiaridade com ferramentas digitais. Finalmente, a utilização de questões de autoavaliação pode conduzir a discrepâncias entre a perceção dos participantes e o seu nível de conhecimento real, conforme evidenciado nos resultados obtidos.

Logo, os dados recolhidos permitem identificar tendências relevantes e fundamentar a proposta de conteúdos educativos desenvolvida no âmbito deste projeto.

A ausência de uma análise inferencial e de testes estatísticos constitui uma limitação metodológica, mas é consistente com o objetivo do estudo. O questionário não foi idealizado para testar hipóteses causais ou produzir resultados generalizáveis à população, mas sim para obter evidencias exploratórias que permitisse identificar padrões e lacunas relevantes.

Assim, o contributo do questionário assume uma natureza predominantemente aplicada e pedagógica, funcionando como instrumento de apoio à estruturação dos conteúdos educativos. Os resultados devem ser interpretados como indicativos de tendências e não como evidencia estatística conclusiva.

Síntese e implicações para o projeto

Sintetizando, a análise dos resultados do questionário evidencia a existência de lacunas consideráveis nos conhecimentos financeiros, em particular nas áreas relacionadas com o crédito e instrumentos financeiros, enquanto revela um elevado interesse em aprofundar as suas competências nestes domínios e uma clara preferência por formatos digitais de aprendizagem. Os resultados apoiam a pertinência do desenvolvimento de materiais educativos em formato de pequenos vídeos, validando a proposta do presente projeto como uma resposta adequada às necessidades identificadas e reforçando o seu potencial para contribuir para a melhoria da Literacia Financeira.

Ao mesmo tempo, o elevado interesse manifestado pelos inquiridos nos temas de investimentos, crédito e impostos reforça a pertinência da seleção destes tópicos como pilares centrais da proposta.

Tabela 1 - Síntese dos Resultados do Questionário e Implicações para o Projeto

Dimensão	**Resultado Principal**	**Implicação para o Projeto**
Conhecimento Financeiro	Lacunas em crédito e instrumentos financeiros	Necessidade de conteúdos focados nestas áreas
Perceção versus Realidade	Sobrevalorização de conhecimento	Importância de conteúdos claros e aplicados
Temas de Interesse	Investimentos, crédito e impostos	Definição dos pilares dos conteúdos
Preferências Pedagógicas	Conteúdos curtos e visuais	Justificação do *microlearning*
Aceitação Digital	Elevada Aceitação	Viabilidade da Aplicação

(Fonte: Elaboração própria (questionário, n=148)

Tabela 2 – Correspondência entre lacunas de conhecimentos e os conteúdos educativos propostos

Tema	**% Respostas Corretas**	**Lacuna**	**Conteúdo**
Fundo Garantia Depósitos	18,2%	Muito elevada	Sistema Financeiro
Crédito (Euribor)	27,7%	Elevada	Juros e Crédito
Juros	55,4%	Moderada	Reforço
Inflação	59,5%	Moderada	Aplicação

(Fonte: Elaboração própria (questionário, n=148)

Nota:

• "% Respostas Corretas" = percentagem de participantes que responderam corretamente a cada questão (n = 148).

• A classificação da "Lacuna" corresponde a uma interpretação descritiva dos resultados para efeitos de priorização dos conteúdos educativos.

As tabelas apresentadas permitem estabelecer uma correspondência direta entre as lacunas identificadas e os conteúdos educativos desenvolvidos, evidenciando a coerência entre o diagnostico empírico e a proposta pedagógica.

A estrutura dos conteúdos foi definida com base nas lacunas identificadas, garantindo alinhamento entre diagnóstico empírico e proposta pedagógica.

Contudo, é importante salientar que a relação entre os resultados do questionário e a seleção dos conteúdos educativos não deve ser interpretada como causal. O questionário serviu como base para identificar padrões e necessidades, mas não para estabelecer relações causa-efeito.

Ainda assim, a proposta segue uma lógica de evidence-based design, na medida em que é informada por dados empíricos sobre lacunas e preferências dos utilizadores. Ainda que não exista uma relação causal estabelecida entre os resultados do questionário e a eficácia dos conteúdos, a utilização desta evidência permite aumentar a probabilidade de adequação pedagógica e a relevância prática. Esta abordagem reforça a ligação entre diagnóstico e intervenção, contribuindo para o desenvolvimento de soluções educativas mais ajustadas às necessidades reiais dos utilizadores.

Proposta de Conteúdos Educativos

A proposta de vídeos educativos exposta neste projeto resulta da articulação entre as orientações dos referenciais institucionais de Literacia Financeira e das evidencias empíricas recolhidas através do questionário aplicado. Esta abordagem assegura que os conteúdos desenvolvidos não apenas seguem as diretrizes educativas existentes, como também respondem às necessidades concretas identificadas.

Conteúdos de Literacia Financeira nos programas educativos existentes

Vários programas de educação financeira determinam um conjunto de temas fundamentais que devem ser abordados ao longo do percurso educativo, em Portugal, estes conteúdos encontram-se sistematizados no Referencial de Educação Financeira, que organiza os principais temas de Literacia Financeira a abordar em diferentes níveis

de ensino, incluindo tópicos como orçamento, poupança, crédito, seguros, investimento e fiscalidade (Dias et al., 2013).

Dentro dos temas abordados nestes programas salientam-se os investimentos, o crédito e os impostos, considerados fundamentais para a compreensão das finanças pessoais. Estes conteúdos devem proporcionar aos alunos a capacidade de compreender conceitos como risco e retorno, funcionamento das taxas de juro, custo de crédito e impacto dos impostos no seu rendimento disponível.

Partindo destas diretrizes, a proposta desenvolvida neste projeto tenciona complementar os conteúdos já previstos nos programas de educação financeira, através da criação de pequenos vídeos que incidam, por um lado, sobre a explicação das componentes mais exigentes de cada tópico e, por outro, sobre o aprofundamento e consolidação de informações já presentes nos materiais educativos que temos à disposição. Assim, procura-se transformar conceitos financeiros possivelmente mais complexos em explicações claras e estruturadas, adequadas a ambientes de aprendizagem digital e mais acessíveis a públicos jovens.

Não obstante da existência do Referencial de Educação Financeira e integração progressiva no sistema educativo português, a sua implementação apresenta algumas lacunas. Em vários casos, os conteúdos são abordados de forma transversal, principalmente nas disciplinas de Matemática e Cidadania e Desenvolvimento, não existindo uma disciplina autónoma dedicada apenas à Literacia Financeira. Esta abordagem pode conduzir a uma cobertura desigual dos temas, dependendo do contexto escolar e da iniciativa dos docentes.

Importa ainda referir que esta metodologia tende a privilegiar conteúdos teóricos com menor foco na aplicação prática e na utilização de ferramentas digitais interativas, que são cada vez mais relevantes no contexto atual.

Considerando este enquadramento, este projeto procura complementar os programas educativos existentes, propondo conteúdos estruturados, interativos e centrados na aplicação prática dos conteúdos financeiros, contribuindo para colmatar algumas das limitações identificadas no ensino tradicional.

Identificação de temas prioritários

Apesar dos programas educativos de Literacia Financeira identificarem um conjunto alargado de conteúdos fundamentais, a relevância atribuída a cada um destes temas pode variar de acordo com as necessidades e interesses dos diferentes públicos. Por conseguinte, torna-se pertinente complementar as orientações institucionais com dados empíricos que possibilitem identificar quais os temas considerados mais relevantes ou menos dominados pelos potenciais utilizadores.

Com este objetivo em mente, foi distribuído um questionário a toda a população, com especial foco em estudantes e jovens adultos, procurando identificar os níveis de conhecimento financeiro dos participantes, mas também o seu interesse em aprofundar determinados temas de Literacia Financeira. A análise das respostas possibilitou identificar um conjunto de áreas que despertam maior interesse e curiosidade por grande parte dos participantes.

Dentro da variedade de tópicos apresentados, destacam-se três pilares para os inquiridos: investimentos, crédito e empréstimos e impostos. Estes dados sustentam que embora programas educativos já abordem estes conteúdos, as dúvidas e o interesse por estes conceitos persiste, principalmente em relação à sua aplicação no dia a dia financeiro.

Tendo estes resultados como ponto de partida, a proposta de conteúdos procura apresentar com particular atenção a conceitos basilares como investimentos, crédito e fiscalidade. A seleção destes temas permite alinhar as recomendações das diretrizes educativas com as preferências manifestadas pelos participantes do questionário, contribuindo para o desenvolvimento de conteúdos educativos mais relevantes e ajustados às necessidades dos utilizadores.

Apesar da existência de outros temas relevantes, a seleção dos conteúdos incidiu sobre áreas que apresentam simultaneamente maiores lacunas de conhecimento e maior interesse por parte dos participantes, refletindo um equilíbrio entre relevância empírica e aplicabilidade prática.

Importa ainda referir que a seleção dos conteúdos não resulta exclusivamente de uma hierarquização quantitativa das lacunas identificadas, mas sim de uma articulação entre evidencia empírica, relevância prática e alinhamento com referências

institucionais. Alguns temas, embora relevantes, não foram incluídos na proposta por razões de delimitação do projeto e foco pedagógico. Neste sentido, optou-se por privilegiar conteúdos que combinam elevada incidência de lacunas com impacto direto nas decisões financeiras do quotidiano. Esta escolha implica necessariamente a exclusão de outros tópicos igualmente pertinentes, o que constitui uma limitação assumida, mas coerente com a necessidade de garantir clareza, foco e aplicabilidade dos conteúdos desenvolvidos

Desenvolvimento dos Conteúdos Educativos

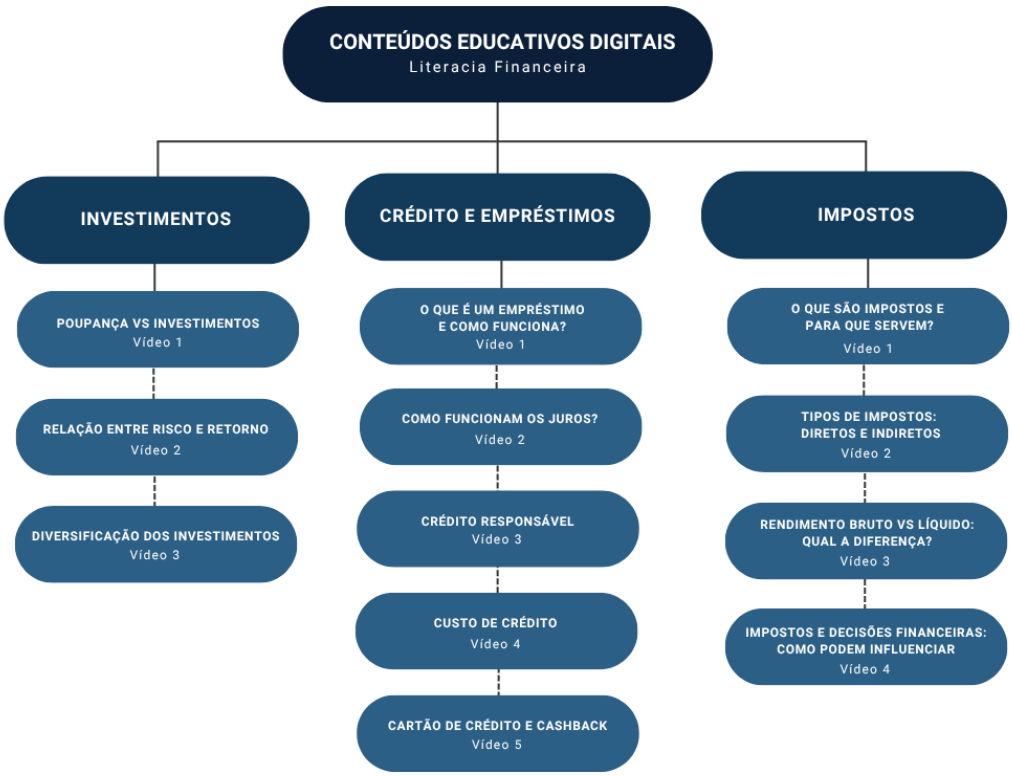
Os conteúdos educativos serão organizados em pequenos vídeos, estruturados de forma que cada vídeo aborde um conceito específico de Literacia Financeira. Esta organização possibilita segmentar os diferentes tópicos em unidades curtas, focadas e progressivas, facilitando a retenção de conteúdos.

Cada vídeo é concebido seguindo uma lógica explicita e sequencial, sendo cada vídeo iniciado com uma questão orientadora, seguida da introdução do conceito, apresentação de exemplos práticos e, finalmente, uma síntese das ideias principais. Esta estrutura procura não só explicar conceitos potencialmente complexos, como também promover a sua aplicação em situações do quotidiano.

Considerando este enquadramento, os conteúdos são operacionalizados através de micro-vídeos, concebidos para explicar de forma clara e aplicada os conceitos identificados como mais relevantes e menos dominados pelos participantes.

Com a finalidade de facilitar a compreensão da estrutura pedagógica dos conteúdos propostos, apresenta-se o seguinte esquema da organização dos temas e respetivos módulos educativos. Isto permite ao leitor compreender de forma imediata a lógica sequencial e a articulação entre os diferentes conteúdos.

Figura 1 - Fluxograma de Conteúdos Educativos Digitais



(Fonte: Elaboração própria)

Investimentos

Os investimentos, nos programas de educação financeira existentes, são apresentados como um dos principais temas para o desenvolvimento da Literacia Financeira. O Referencial de Educação Financeira Português inclui conteúdos relacionados com a diferenciação entre poupança e investimento, a compreensão do risco associado às aplicações financeiras e a importância da diversificação.

Nos programas educativos procura-se fazer uma introdução básica aos alunos do funcionamento dos investimentos, explicando que investir baseia-se na aplicação de dinheiro com o objetivo de obter um retorno a longo prazo. Adicionalmente, a questão de risco e retorno é frequentemente abordada, destacando que investimentos com maior potencial de rentabilidade tendem a apresentar um nível de risco superior.

Segundo estas orientações, os conteúdos educativos propostos para esta parte do projeto, procuram transformar estes conceitos em explicações simples e acessíveis através de vídeo.

Vídeo 1 – Poupança versus investimento

O primeiro vídeo tem como objetivo introduzir uma das diferenciações mais importantes no âmbito das finanças pessoais: a diferença entre poupar e investir. Apesar de frequentemente utilizados como sinónimos no discurso quotidiano, estes conceitos representam estratégias financeiras distintas, com objetivos, características e níveis de risco diferentes.

O vídeo deve iniciar com uma pergunta orientadora dirigida a quem assistir, como exemplo: *"Guardar dinheiro e investir dinheiro significam a mesma coisa?"*. Esta abordagem tem como objetivo captar a atenção do espectador e estimular a reflexão inicial sobre o tema. A nível visual, devem ser apresentadas duas situações distintas: uma pessoa a colocar dinheiro numa conta bancária e outra a aplicar dinheiro num investimento.

Posteriormente deve ser apresentado o conceito de poupança, explicando que poupar consiste em armazenar parte do rendimento atual para possível utilização futura. Nesta fase, podem ser mostrados exemplos simples de métodos/instrumentos de poupança, como contas poupança ou depósitos bancários. Deve ser ainda destacado que poupanças estão normalmente associadas a níveis de risco reduzidos e a preservação de capital, contudo geralmente tem rendimentos mais baixos.

Feita a introdução deste conceito, é apresentado o conceito de investimento, definido como a alocação de recursos financeiros em ativos com o objetivo de valorização ao longo do tempo. Nesta etapa, podem ser mencionados exemplos simples de investimentos, como ações, obrigações ou fundos de investimentos, explicando que estes ativos têm um potencial de retorno mais elevado, mas o nível de incerteza também é superior.

Após serem apresentados ambos os conceitos, o vídeo estabeleceu uma comparação direta entre poupança e investimento. Para melhorar a compreensão, deve ser utilizado um exemplo ilustrativo em que duas pessoas possuem o mesmo montante de dinheiro: uma decide guardar o dinheiro numa conta bancária, enquanto o segundo indivíduo opta por investir esse montante. Em particular, a comparação permite demonstrar que, enquanto a poupança prioriza a segurança e estabilidade do capital, o

investimento procura gerar rendimento a longo prazo, apesar de ter uma exposição superior ao risco.

O vídeo termina com uma pequena síntese das principais ideias apresentadas, reforçando que poupança e investimento são estratégias complementares dentro da gestão financeira pessoal e que a escolha entre ambas depende dos objetivos financeiros, da propensão ao risco e do horizonte temporal de cada indivíduo.

Vídeo 2 – Relação entre risco e retorno

Este vídeo aborda um tema fulcral dos investimentos: a relação entre risco e retorno. Este conceito é essencial para estabelecer porque diferentes investimentos apresentam níveis distintos de rentabilidade e incerteza.

Este recurso audiovisual deve ser iniciado com uma pergunta introdutória destinada a despertar o interesse do utilizador, por exemplo: *"Se um investimento promete ganhos mais elevados, será que também apresenta mais risco?"*. Esta pergunta permite introduzir o tema de forma simples e estimular a reflexão inicial sobre a relação entre estes dois conceitos.

Logo de seguida, é apresentado o conceito de retorno, definido como o ganho retirado de um investimento. Explica-se que o retorno pode assumir diferentes formas, como juros, dividendos ou valorização do ativo ao longo do tempo.

Para facilitar a compreensão, podem ser utilizados exemplos simples de cada uma destas formas de retorno. No caso dos juros, uma pessoa deposita 1000€ numa conta a prazo com uma taxa de juro anual de 2% poderá receber 20€ ao fim de um ano, correspondendo ao rendimento gerado pelo capital aplicado. No que diz respeito aos dividendos, um investidor que detenha ações de uma empresa pode receber uma parte dos lucros distribuídos, por exemplo, 30€ ao longo de um determinado período. Por fim, no caso da valorização do ativo, um indivíduo que investe 1000€ na compra de um ativo financeiro pode ver o seu valor aumentar para 1050€, obtendo um ganho de 50€ resultante da subida do preço deste ativo.

Após a definição de retorno, introduz-se o conceito de risco, entendido como a possibilidade de um investimento não gerar o retorno esperado ou resultar em perdas financeiras. Nesta fase, o vídeo pode explicar que o valor de determinados ativos

financeiros pode variar ao longo do tempo, podendo aumentar ou diminuir consoante as condições do mercado.

Esta variação pode ser o resultado de diversos fatores, como alterações na situação económica, desempenho das empresas, taxas de juros ou mesmo eventos externos que influenciam a confiança dos investidores. A título ilustrativo, o valor de uma ação pode subir quando uma empresa apresenta bons resultados financeiros, mas também pode descer caso existam perspetivas negativas ou instabilidade económica.

Como consequência, torna-se importante compreender que investimentos não garantem resultados fixos, estando sujeitos a oscilações que podem influenciar o valor final obtido.

Na etapa seguinte, é apresentada a relação entre risco e retorno, explicando que, geralmente, investimentos com maior potencial de rentabilidade tendem a estar associados a níveis de risco mais elevados. Para efeitos ilustrativos, podem ser apresentados exemplos comparativos de diferentes tipos de investimentos, demonstrando que alguns oferecem maior estabilidade, mas retornos mais modestos, no entanto outros podem gerar ganhos superiores, embora apresentem maior volatilidade.

O vídeo deve terminar reforçando a importância de perceber o nível de risco associado a cada investimento antes de tomar decisões financeiras, realçando que a escolha de um investimento deve ter em consideração os objetivos financeiros e a tolerância ao risco de cada pessoa.

Vídeo 3 – Diversificação dos investimentos

O último vídeo tem como finalidade explicar o conceito de diversificação, uma estratégia fundamental na gestão de investimentos que pode reduzir o risco associado à aplicação de capital.

Este vídeo deve iniciar-se com uma metáfora simples e intuitiva, frequentemente utilizada no contexto financeiro: *"não colocar todos os ovos no mesmo cesto"*. Esta expressão permite introduzir de forma acessível a ideia de diversificação.

De seguida, é apresentado o conceito de diversificação, explicando que consiste na distribuição do capital por diferentes tipos de investimentos em vez de concentrar todo o dinheiro numa única aplicação financeira. O objetivo desta estratégia é reduzir o

impacto negativo que o desempenho desfavorável de um investimento específico pode ter no conjunto das aplicações financeiras de um investidor.

Este conteúdo educativo deve apresentar um exemplo comparativo entre duas situações distintas. No primeiro caso, um investidor decide aplicar todo o seu capital num único investimento. Num segundo caso, outro investidor opta por distribuir o mesmo montante por diferentes ativos financeiros. Esta comparação permite demonstrar que, caso um dos investidores apresente resultados negativos, o impacto global será menor quando o capital está distribuído por vários instrumentos financeiros.

Nesta fase pode ser ainda introduzido, de forma simplificada, o conceito de portfolio de investimento, entendido como o conjunto de diferentes ativos financeiros detidos por um investidor. Explica-se que a diversificação de portfolio permite equilibrar o risco e o retorno, contribuindo para uma gestão financeira mais prudente.

O vídeo termina com uma síntese das principais ideias, destacando que a diversificação constitui uma estratégia importante para reduzir riscos e promover decisões de investimento mais equilibradas ao longo do tempo.

Crédito e empréstimos

O crédito corresponde a um dos pilares basilares da Literacia Financeira, assumindo um papel central na gestão das finanças pessoais ao longo do ciclo da vida. A sua utilização permite antecipar o consumo e realizar investimentos de maior dimensão, como a aquisição de habitação ou financiamento de educação. No entanto, o recurso ao crédito implica também obrigações financeiras, uma vez que o montante utilizado deverá ser devolvido acrescido de juros.

Esta relevância é particularmente evidente na atualidade, marcada pelo aumento do custo de vida e pela crescente dependência do crédito no quotidiano das famílias. Dados recentes indicam que uma parte significativa dos consumidores portugueses recorre ao crédito para fazer face a despesas correntes, incluindo pagamentos essenciais. Adicionalmente, verifica-se que o aumento do custo de vida tem contribuído para o crescimento do endividamento, refletindo dificuldades na gestão do orçamento familiar. Estes desenvolvimentos reforçam a importância de promover uma compreensão clara e aplicada dos mecanismos de crédito, bem como dos riscos associados à sua

utilização, justificando a inclusão deste tema como um dos pilares centrais dos conteúdos propostos (Lourinho, 2026; Lusa, 2026).

O entendimento do modo de funcionamento do crédito é essencial para as decisões serem realizadas de forma informada e consciente, nomeadamente no que diz respeito à avaliação do custo total de um empréstimo, à capacidade de pagamento e aos riscos ao endividamento. Neste sentido, torna-se fundamental que os indivíduos compreendam conceitos como taxa de juro, prestações e impacto do crédito no orçamento pessoal.

No contexto deste projeto, estes conteúdos serão apresentados através de pequenos vídeos educativos, organizados de forma a permitir uma aprendizagem progressiva e focada na compreensão prática dos conceitos.

Vídeo 1 – O que é um empréstimo e como funciona?

O vídeo inicial tem o objetivo de introduzir o conceito de empréstimo, explicitando o seu funcionamento básico e a posição das instituições financeiras na concessão de crédito.

Este módulo introduz uma situação do dia a dia, como a necessidade de adquirir um bem de valor elevado (valor que o indivíduo não tem disponível no momento), por exemplo, um carro ou um computador. Esta situação hipotética permite contextualizar o tema e demonstrar a utilidade prática do crédito.

Na etapa seguinte, é apresentado o conceito de empréstimo, elucidando que consiste na disponibilização de uma determinada quantia por parte de uma instituição financeira, esta quantia deverá ser devolvida ao longo do tempo. É essencial destacar que o montante não é devolvido de forma imediata, mas sim através de pagamentos periódicos (geralmente mensais).

Nesta fase, já se pode introduzir o conceito de prazo, explicando que corresponde ao período durante o qual o empréstimo será reembolsado. Deve ser usado um exemplo simples: uma pessoa solicita um empréstimo de 1000€ a ser pago ao longo de 10 meses, implicando o pagamento de prestações mensais.

O vídeo deve ainda introduzir, de forma simplificada, o papel das instituições financeiras, explicando que estas avaliam a capacidade de pagamento do cliente antes de conceder o crédito, de forma a reduzir o risco do seu incumprimento.

Este conteúdo audiovisual termina com uma síntese das principais ideias, reforçando que o crédito permite aceder a recursos financeiros de forma antecipada, mas implica sempre a análise das condições que este está sujeito.

Vídeo 2 – Como funcionam os juros?

O segundo vídeo centra-se na explicação do conceito de juros, um elemento muito importante na compreensão do custo do crédito.

Este vídeo deve começar com uma pergunta orientadora: *"Porque é que, quando pedimos dinheiro emprestado, temos de devolver mais do que recebemos?"*. Esta questão permite introduzir de forma intuitiva o conceito de juros.

Logo de seguida, deve ser introduzido o conceito de juros, explicando que corresponde ao custo do dinheiro emprestado. Consequentemente, representam a compensação que a instituição financeira recebe por disponibilizar capital ao cliente.

Para confirmar a compreensão, é apresentado um exemplo numérico simples. Considere-se que um indivíduo pede um empréstimo de 1000€ com uma taxa de juro que resulta num custo adicional de 100€. No final do período, o valor a devolver será de 1100€, sendo que os 100€ adicionais correspondem aos juros.

Vídeo 3 – Crédito responsável

O último vídeo aborda uma dimensão essencial da Literacia Financeira: utilização de crédito de forma responsável.

Numa fase inicial, apresenta-se com uma questão prática: "*Como saber se podemos pedir um empréstimo sem comprometer a nossa situação financeira?"*. Esta pergunta permite introduzir o tema da responsabilidade no uso do crédito.

De seguida, será explorado o conceito de capacidade de pagamento, explicando que antes de recorrer ao crédito é indispensável avaliar se o rendimento disponível permite suportar as prestações mensais. Deve ser utilizado um exemplo simples: um

indivíduo com rendimento mensal de 1000€, que apresenta despesas fixas mensais no valor de 700€, incluindo habitação, alimentação, transportes e outros encargos essenciais. Neste cenário, o rendimento disponível restante corresponde a 300€.

Se este indivíduo pretender contrair um empréstimo com uma prestação mensal de 250€, a sua taxa de esforço, entendida como a proporção do rendimento destinada ao pagamento de encargos financeiros, aumentaria significativamente, aproximando-se de níveis considerados perigosos. De forma simplificada, ao alocar parte substancial do seu rendimento ao pagamento de créditos, o indivíduo reduz a sua margem financeira para fazer face a despesas imprevistas.

Este exemplo permite evidenciar que, mesmo quando um crédito é aparentemente acessível, a existência de encargos financeiros fixos elevados pode comprometer a capacidade de pagamento, aumentando o risco de incumprimento. Por conseguinte, torna-se fundamental avaliar não apenas o valor da prestação, mas também o impacto global do crédito no orçamento mensal.

Como resultado, este vídeo terminará com um pequeno resumo sobre o quão importante é avaliar o impacto das prestações no orçamento mensal, destacando que uma cumulação excessiva pode conduzir a situações de sobreendividamento.

Vídeo 4 – Compreender o custo do crédito: TAN, TAEG e outros conceitos essenciais

O último vídeo tem como principal objetivo explicar de forma simples e clara os principais conceitos técnicos associados ao custo do crédito, nomeadamente a Taxa Anual Nominal (TAN), a Taxa Anual de Encargos Efetiva Global (TAEG), o SPREAD e outros elementos frequentemente comuns nos contratos de crédito. A compreensão destes conceitos é fundamental para possibilitar uma avaliação correta das propostas de crédito e tomar decisões financeiras mais informadas.

O vídeo vai iniciar com uma questão introdutória: *"Quando pedimos um crédito, será que a taxa de juro é o único custo que devemos considerar?"*. Esta pergunta permite iniciar a ideia de que o custo do crédito vai além dos juros e que existem outros encargos que devem ser considerados.

Num momento seguinte, é apresentado o conceito de Taxa Anual Nominal (TAN), explicando que corresponde à taxa de juro aplicada ao montante emprestado, não

incluindo outros encargos associados ao crédito. Para clarificar, é usado o seguinte exemplo: um empréstimo de 1000€ com uma TAN de 5% implica um custo de 50€ em juros ao longo de um ano, considerando apenas o efeito da taxa de juro. Nesta parte, salienta-se que a TAN não reflete o custo total do crédito, uma vez que exclui despesas adicionais, como comissões ou seguros.

Seguidamente, é introduzido o conceito de Taxa Anual de Encargos Efetiva Global (TAEG), destacando que este indicador representa o custo total do crédito para o consumidor. Explicita que a TAEG inclui, para além dos juros, outros encargos associados ao crédito, como comissões bancárias, seguros obrigatórios e outros encargos administrativos. Para ilustrar esta diferença, deve ser apresentado um exemplo comparativo entre dois créditos com a mesma TAN, mas com TAEG distintas, demonstrando que o crédito com menores encargos adicionais apresenta um custo total inferior. Este exemplo permite evidenciar que a TAEG é o indicador mais relevante para comparar diferentes propostas de crédito.

O conceito apresentado a seguir será o de Spread, com relevância particular em créditos com taxas de juro variável. Explica-se que o spread corresponde à margem definida pela instituição financeira, que é adicionada a uma taxa de referência, normalmente Euribor. Para ilustrar este conceito, utiliza-se um exemplo simples: se a Euribor for de 2% e o banco aplicar um spread de 1 %, a taxa de juro final do crédito será de 3%. Este exemplo permite demonstrar que, no caso de taxas variáveis, o custo do crédito pode alterar-se ao longo do tempo, dependendo da evolução da taxa referência.

A etapa seguinte deve ser introduzir de forma simplificada outros conceitos relevantes para a compreensão do crédito. Entre eles destaca-se a Euribor, enquanto taxa de referência utilizada em muitos contratos de crédito; o prazo de empréstimo, que corresponde ao período durante o qual o crédito será reembolsado; a prestação mensal, que corresponde ao valor pago periodicamente pelo devedor e, por fim, o montante total imputado ao consumidor, que corresponde ao valor total pago ao longo da duração do empréstimo, incluindo capital e encargos.

O vídeo terminará com uma síntese das principais ideias, salientando que a TAN representa apenas os custos dos juros, enquanto a TAEG representa o custo total do crédito, incluindo todos os encargos associados. Adicionalmente, recordar que fatores como spread e a evolução das taxas de referência podem influenciar o custo final do

crédito ao longo do tempo. Desta forma, destaca-se a importância de compreender todos os pontos de um contrato de crédito antes de uma decisão ser tomada, promovendo uma utilização mais informada e consciente deste instrumento financeiro.

Vídeo 5 – Cartão de crédito: funcionamento, riscos e o efeito do cashback

Este vídeo tem como objetivo explicar como funcionam os cartões de crédito e alertar para os principais riscos associados à sua utilização, uma vez que são instrumentos cada vez mais presentes na gestão financeira do nosso dia a dia.

O conteúdo deve iniciar com uma questão introdutória: *"Quando utilizamos um cartão de crédito, estamos realmente a pagar com o nosso dinheiro?"*. Esta abordagem permite introduzir o conceito de forma intuitiva.

Numa fase inicial, deve ser explicado que o cartão de crédito é um meio de pagamento que possibilita o utilizador realizar despesas com recurso a um montante disponibilizado por uma instituição financeira, até um determinado limite previamente definido (plafond). Ao contrário de um cartão de débito, o pagamento não é feito no momento com fundos próprios, sendo posteriormente liquidado pelo utilizador.

É importante destacar que o funcionamento do cartão de crédito tem como base um ciclo de utilização e pagamento. Durante determinado período, o utilizador pode acumular despesas, sendo emitido num futuro próximo um extrato com o valor total em dívida. Caso o montante seja pago na totalidade dentro do prazo estabelecido, normalmente não são cobrados juros. No entanto, se o utilizador optar por pagar apenas parte do valor, o montante em dívida fica sujeito a juros, que tendem a ser relativamente elevados.

Um dos principais riscos inerentes ao uso de cartão de crédito prende-se com o custo de endividamento. A acumulação de saldos em dívida, associada a taxas de juro elevadas, pode levar a um aumento significativo do montante a pagar ao longo do tempo. Pequenos atrasos ou pagamentos parciais podem, desta forma, traduzir-se num encargo financeiro relevante.

Para além do custo financeiro, deve também ser destacada a dimensão comportamental. A utilização do cartão de crédito pode facilitar o consumo, uma vez que o pagamento não é imediatamente percecionado como uma redução do saldo disponível.

Esta característica pode levar a uma menor perceção do esforço financeiro associado às despesas, incentivando comportamentos de consumo menos ponderados.

Um aspeto relevante advém da facilidade de acesso ao crédito. O facto de o limite do cartão estar previamente aprovado pode criar a perceção de disponibilidade financeira, quando realmente se trata de um montante que terá de ser devolvido. Este fator pode contribuir para situações de sobreendividamento, especialmente quando não existe um controlo rigoroso das despesas.

Para além disso, a maioria dos cartões de crédito apresentam mecanismos promocionais associados, sendo o cashback um dos mais comuns. O cashback consiste na devolução de uma pequena percentagem do valor gasto ao utilizador, funcionando como incentivo à utilização do cartão.

Apesar deste mecanismo representar uma vantagem em determinadas situações, é importante compreender que o benefício obtido é, geralmente, reduzido face ao valor gasto. Por exemplo, um cashback de 1% ou 2% implica uma devolução limitada, que dificilmente compensa um aumento desnecessário do consumo.

Assim, o cashback deve ser entendido como um benefício adicional e não como uma justificação para aumentar a despesa. A sua utilização só é verdadeiramente vantajosa quando associada a gastos que já estavam previstos e quando o saldo do cartão é pago inteiramente, evitando a aplicação de juros.

Este vídeo terminará com uma síntese das ideias principais, reforçando que o cartão de crédito pode ser uma ferramenta útil de gestão financeira quando utilizado de forma responsável, mas que implica riscos significativos associados a falta controlo, juros elevados e incentivos ao consumo.

Impostos

Entender o funcionamento dos impostos constitui um elemento muito importante da Literacia Financeira, uma vez que estes têm impacto direto no rendimento disponível dos indivíduos e nas suas decisões. Os impostos representam contribuições obrigatórias impostas pelo Estado, com o objetivo de financiar as despesas públicas e assegurar o funcionamento de serviços essenciais, como saúde, educação, segurança e infraestruturas.

No contexto das finanças pessoais, torna-se fundamental compreender não só o significado dos impostos, como também a forma como estes incidem sobre o rendimento e o consumo, influenciando a capacidade financeira das pessoas. Desta forma, o desenvolvimento de conteúdos educativos nesta área procura simplificar conceitos que normalmente são percecionados como complexos em explicações claras, acessíveis e aplicáveis ao quotidiano.

Vídeo 1 – O que são impostos e para que servem?

O primeiro vídeo tem o objetivo de introduzir o conceito de imposto, explicando a sua função e a sua relevância no funcionamento de uma economia.

Este conteúdo audiovisual tem como ponto de partida uma pergunta simples: *"Para onde vai o dinheiro que pagamos ao Estado?"*. Neste sentido, esta pergunta desperta o interesse do utilizador e introduz o tema.

Posteriormente, introduz-se a noção de imposto, explicando que corresponde a uma contribuição obrigatória paga pelos cidadãos ao Estado, sem uma contrapartida direta imediata. Nesta fase, o mais relevante é esclarecer que os impostos não representam um pagamento por um serviço específico, mas sim um contributo para o financiamento coletivo de bens e serviços públicos.

Com o objetivo de garantir a compreensão, devem ser apresentados exemplos concretos da utilização dos impostos, como o financiamento de hospitais, escolas, estradas ou forças de segurança. Esta metodologia estabelece uma ligação direta entre o pagamento de impostos e o funcionamento da sociedade.

Este vídeo deve ainda introduzir a ideia de que todos os cidadãos contribuem para o financiamento do Estado de diferentes formas, através do rendimento que recebem, quer através do consumo de bens e serviços.

O conteúdo audiovisual termina com uma síntese das ideias fulcrais, reforçando que os impostos desempenham um papel fundamental no funcionamento da economia e na promoção do bem-estar coletivo.

Vídeo 2 – Tipos de impostos: Diretos e Indiretos

O segundo vídeo tem a função de explicar os tipos de impostos mais comuns, distinguindo entre impostos diretos e indiretos, e apresentar exemplos do quotidiano.

Este vídeo é introduzido através da pergunta: *"Pagamos impostos apenas quando recebemos o salário?"*. Esta questão possibilita introduzir a ideia de que os impostos incidem sobre diferentes dimensões da atividade económica.

Adicionalmente, são apresentados os impostos diretos, esclarecendo que estes incidem diretamente sobre o rendimento ou património dos indivíduos. Neste ponto, pode ser introduzido o IRS (Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares) como principal exemplo, explicando que este imposto é aplicado sobre os rendimentos obtidos pelos cidadãos.

Para demonstrar este conceito, é apresentado um simples exemplo: um indivíduo que recebe um salário mensal de 1200€ pode verificar que uma parte desse rendimento é retida para pagamento de IRS, resultando num valor líquido inferior ao valor bruto.

Agora, já podem ser apresentados os impostos indiretos, explicando que estes incidem sobre o consumo de bens e serviços. O exemplo mais importante é o IVA, (Imposto sobre o Valor Acrescentado), que está incluído no preço de produtos e serviços.

Para facilitar a compreensão, apresentamos um exemplo do dia a dia: ao adquirir um produto com preço de 100€, uma parte desse valor corresponde ao imposto, que é posteriormente entregue ao Estado.

Este vídeo salienta que, embora os impostos diretos sejam geralmente mais visíveis para o contribuinte, os impostos indiretos estão frequentemente incluídos no preço, sendo menos percetíveis.

Este conteúdo audiovisual termina com um resumo que destaca a diferença entre os dois tipos de impostos e a forma como ambos contribuem para o financiamento do Estado.

Vídeo 3 – Rendimento Bruto versus líquido: qual a diferença?

O terceiro vídeo tem como objetivo explicar a forma como os impostos afetam o rendimento disponível das pessoas, introduzindo a distinção entre rendimento bruto e rendimento líquido.

Para iniciar o vídeo é usada a pergunta: *"Porque é que o valor que recebemos no final do mês é diferente do nosso salário?"*. Esta questão alerta para a retenção de impostos de forma intuitiva.

Seguidamente, é apresentado o conceito de rendimento bruto, entendido como o valor total do salário antes da dedução de impostos e contribuições. Posteriormente, é introduzido o conceito de rendimento líquido, que corresponde ao valor efetivamente recebido após essas deduções.

Para ilustrar esta diferença, utilizamos um exemplo em concreto: um trabalhador com um salário bruto de 1200€ pode receber, após deduções de IRS e contribuições para a Segurança Social, um valor líquido de aproximadamente 900€ a 1000€, dependendo da situação individual. É importante explicar que os impostos e contribuições reduzem o rendimento disponível, influenciando diretamente a capacidade de consumo e poupança dos indivíduos.

Este vídeo pode ainda destacar que entender esta diferença é essencial para uma gestão financeira adequada, permitindo aos indivíduos planear melhor as suas despesas e tomar decisões financeiras mais informadas.

Este vídeo termina com uma síntese, reforçando a importância de compreender o impacto dos impostos no rendimento e no orçamento pessoal.

Vídeo 4 – Como os impostos influenciam decisões financeiras e podem ajudar a poupar?

O quarto e último vídeo tem como objetivo demonstrar que os impostos não representam apenas um custo, mas também um fator que pode influenciar decisões financeiras e em alguns casos, permite poupança através de escolhas mais informadas. Este conteúdo procura introduzir, de forma simplificada, noções básicas de planeamento e eficiência fiscal.

Este vídeo inicia-se com a questão: *"Será que é possível pagar menos impostos de forma legal apenas tomando melhores decisões financeiras?"*. Esta questão permitirá captar a atenção do utilizador e suscitar a ideia de que os impostos podem ser geridos de forma mais eficiente.

Neste sentido, é explicado que os impostos influenciam diversas tomadas de decisões, sobretudo no consumo, na poupança e no investimento. Como exemplo, diferentes produtos ou serviços podem estar sujeitos a taxas de impostos distintas, o que afeta o seu preço final. Neste sentido, os consumidores acabam, muitas vezes sem perceber, por tomar decisões influenciadas pela carga fiscal associada.

Para tornar esta ideia mais concreta, pode ser apresentado um exemplo de um Plano Poupança Reforma (PPR), que permite aos indivíduos beneficiar de deduções à coleta em sede de IRS, reduzindo o valor de imposto a pagar. Da mesma forma, determinadas despesas, como saúde, educação ou habitação, podem ser parcialmente deduzidas, desde que devidamente declaradas.

Este exemplo permite demonstrar que o conhecimento do sistema fiscal pode traduzir-se em benefícios financeiros concretos, incentivando comportamentos de poupança e planeamento a longo prazo.

De forma complementar, pode ser abordada a importância de compreender conceitos básicos relacionados com a fiscalidade pessoal, como a declaração de rendimentos e a verificação de despesas elegíveis para efeitos fiscais. Sem entrar em excessivo detalhe técnico, o vídeo pode salientar que pequenas decisões, como guardar faturas ou escolher determinados produtos financeiros podem ter impacto no valor final de imposto a pagar.

Finalmente o vídeo termina com a ideia clara: impostos são uma parte integrante da vida económica, mas o seu impacto pode ser gerido através de escolhas informadas. Deste modo, uma maior Literacia Financeira não só possibilita compreender melhor o sistema fiscal, como também pode contribuir para uma utilização mais eficiente dos recursos financeiros e possivelmente, para a redução da carga fiscal dentro dos limites legais para alguns casos.

Avaliação da Eficácia dos Conteúdos Educativos

Em adição ao desenvolvimento da proposta de conteúdos educativos, torna-se pertinente considerar a forma como a sua eficácia poderá ser avaliada após uma eventual implementação numa aplicação digital de Literacia Financeira. A definição de métricas de avaliação assume um papel central, na medida em que permite não só medir o impacto dos conteúdos desenvolvidos, mas também identificar oportunidades de melhoria e adaptação às necessidades dos utilizadores.

Neste sentido, a avaliação da eficácia dos conteúdos pode ser estruturada em três dimensões principais: retenção de conhecimento, alteração de comportamentos e nível de envolvimento dos utilizadores.

Em primeiro lugar, a retenção de conhecimento constitui um dos indicadores mais relevantes para aferir o impacto pedagógico dos conteúdos. Esta dimensão pode ser avaliada através da aplicação de testes ou questionários em diferentes momentos temporais, nomeadamente imediatamente após a visualização dos conteúdos e algumas semanas depois. A comparação entre os resultados obtidos ao longo do tempo, sendo esta informação uma característica particularmente relevante no contexto do microlearning.

Seguidamente, a análise da alteração comportamental dos indivíduos representa uma dimensão mais profunda da avaliação da Literacia Financeira. Para além da aquisição de conhecimento, é fundamental compreender se os conteúdos contribuem efetivamente para mudanças nas decisões financeiras dos utilizadores. Neste sentido, devem ser avaliados indicadores como a adoção de hábitos de poupança, a melhoria na gestão do orçamento pessoal, a redução do recurso a crédito desnecessário ou uma maior propensão para o planeamento financeiro. Esta avaliação pode ser realizada através de inquéritos longitudinais ou do acompanhamento de comportamentos ao longo do tempo.

Finalmente, a terceira dimensão está diretamente relacionada com o nível de envolvimento dos utilizadores (engagement), que constitui um indicador essencial no contexto de aplicações digitais. Métricas como o número de visualizações, a frequência de utilização, o tempo médio de visualização dos conteúdos ou a repetição de vídeos permitem avaliar o grau de interesse e interação dos utilizadores com os conteúdos

propostos. Um elevado nível de engagement pode ser interpretado como um sinal de relevância e adequação dos conteúdos às preferências dos utilizadores.

A integração destas três dimensões de análise possibilita uma avaliação abrangente da eficácia dos vídeos educativos, articulando resultados cognitivos, comportamentais e de utilização. Esta abordagem permite não só validar a pertinência da proposta desenvolvida, como também fornecer uma base sólida para o seu aperfeiçoamento contínuo, contribuindo para o desenvolvimento de soluções educativas digitais mais eficazes no domínio da Literacia Financeira.

Conclusão

O presente projeto teve como principal objetivo desenvolver uma proposta estruturada de conteúdos educativos digitais, em formato de pequenos vídeos, destinados à integração numa aplicação de Literacia Financeira. Partindo de um enquadramento teórico sustentado e de evidência empírica recolhida através de um questionário, foi possível identificar lacunas relevantes no conhecimento financeiro dos participantes, bem como compreender as suas preferências relativamente a formatos de aprendizagem digital.

Os resultados recolhidos evidenciam que, apesar de uma perceção generalizada de níveis intermédios de Literacia Financeira, perduram fragilidades significativas em áreas fundamentais, em particular no domínio do crédito e do funcionamento dos instrumentos financeiros. Esta disparidade entre perceção e conhecimento efetivo reforça a necessidade de desenvolver soluções educativas que não apenas transmitam informação, mas que promovam uma compreensão aplicada e contextualizada dos conceitos financeiros.

Os resultados confirmam a adequação do formato de microlearning, já sustentado pela literatura, reforçando a sua aplicação neste contexto. Por conseguinte, a proposta de conteúdos desenvolvida neste projeto procura responder diretamente às necessidades identificadas, estruturando os temas de forma progressiva e orientada para a aplicação prática no quotidiano dos utilizadores.

A interligação entre as orientações dos referenciais institucionais de Literacia Financeira e dados empíricos recolhidos permitiu desenvolver uma proposta alinhada com as exigências educativas atuais, mas também adaptada às expectativas dos utilizadores. Deste modo, o projeto contribui para a criação de soluções educativas mais acessíveis, relevantes e potencialmente eficazes na promoção da Literacia Financeira.

De forma global, este trabalho reforça a importância de integrar abordagens digitais no ensino da Literacia Financeira, destacando o potencial das aplicações educativas como ferramentas complementares aos modelos tradicionais de ensino. Usar conteúdos audiovisuais curtos, aliados a princípios de aprendizagem ativa, pode constituir uma estratégia relevante para aumentar o envolvimento dos utilizadores e facilitar a assimilação de conceitos complexos.

Em suma, este projeto demonstra que a combinação entre evidência empírica, enquadramento teórico e aplicação prática permite desenvolver soluções educativas inovadoras, com potencial para contribuir para uma sociedade mais informada, autónoma e financeiramente consistente.

Contributos do Projeto e Linhas de Investigação Futura

Este projeto apresenta contributos relevantes tanto a nível académico como prático. Do ponto de vista académico, contribui para a literatura ao articular conceitos de Literacia Financeira com abordagens de aprendizagem digital, nomeadamente através da aplicação de estratégias de microlearning em contextos educativos. Adicionalmente, reforça a importância da análise empírica das necessidades dos utilizadores como base para o desenvolvimento de conteúdos mais eficazes.

De um ponto de vista prático o projeto propõe uma estrutura concreta de conteúdos educativos, diretamente aplicável no desenvolvimento de uma aplicação de Literacia Financeira. Esta proposta distingue-se pela sua orientação para a simplicidade, clareza e aplicabilidade dos conceitos, procurando responder às dificuldades reais identificadas junto dos utilizadores.

Não obstante, existem oportunidades para investigação futura. Em primeiro lugar, seria pertinente testar empiricamente a eficácia dos conteúdos propostos, através da sua implementação numa aplicação e posterior avaliação do impacto no conhecimento, através da aplicação a diferentes grupos etários e contextos socioeconómicos permitiria obter resultados mais generalizáveis. Finalmente, a integração de metodologias mais avançadas de análise de dados poderia aprofundar a compreensão dos fatores que influenciam a Literacia Financeira e a adoção de soluções digitais.

Este estudo constitui assim um ponto de partida para o desenvolvimento de soluções educativas mais robustas e para futuras investigações no domínio da Literacia Financeira digital.

Como desenvolvimento futuro, destaca-se a possibilidade de personalização dos conteúdos educativos, adaptando-os a diferentes perfis de utilizadores. Adicionalmente, a realização de um teste piloto permitirá avaliar empiricamente a eficácia dos conteúdos desenvolvidos.

Bibliografia

Amagir, A., Groot, W., Maassen van den Brink, H., & Wilschut, A. (2018). A review of financial-literacy education programs for children and adolescents. *Citizenship, Social and Economics Education*, *17*(1), 56–80. https://doi.org/10.1177/2047173417719555

Angel, S. (2018). Smart tools? A randomized controlled trial on the impact of three different media tools on personal finance. *Journal of Behavioral and Experimental Economics*, *74*, 104–111. https://doi.org/10.1016/j.socec.2018.04.002

Banco de Portugal, ASF, & CMVM. (2023). *Relatório do 4.º Inquérito à Literacia Financeira da população portuguesa*.

Barbosa Dias, P. A. (2022). *Literacia, Resiliência E Bem-estar Financeiro Nos Estudantes Do Ensino Superior*. Instituto Superior de Administração e Gestão.

Boshara, R., Gannon, J., Mandell, L., W.R. Phillips, J., & Sass, S. (2010). Consumer Trends in the Public, Private, and Nonprofit Sector. *National Endowment for Financial Education – Quarter Century Project .*

Buchem, I., & Hamelmann, H. (2010). *Microlearning: a strategy for ongoing professional development*.

Chen, H., & Volpe R. (s.d.). *An Analysis of Personal Financial Literacy Among College Students*.

Delavande, A., Rohwedder, S., & Willis, R. J. (2008). Preparation for Retirement, Financial Literacy and Cognitive Resources. *SSRN Electronic Journal*. https://doi.org/10.2139/ssrn.1337655

Dias, A., Oliveira, A., Pereira, C., Abreu, M. T., Alves, P., Basto, R., Silva, R., & Narciso, S. (2013). *Referencial de Educação Financeira para a Educação Pré-Escolar, o Ensino Básico, o Ensino Secundário e a Educação e Formação de Adultos*.

Dudley, P., Xu, H., Vermunt, J. D., & Lang, J. (2019). Empirical evidence of the impact of lesson study on students' achievement, teachers' professional learning and on institutional and system evolution. *European Journal of Education*, *54*(2), 202–217. https://doi.org/10.1111/ejed.12337

Equipa de Estudos Internacionais. (2024). *PISA 2022 - Literacia Financeira*.

Fernandes, D., Lynch, J. G., & Netemeyer, R. G. (2014). Financial Literacy, Financial Education, and Downstream Financial Behaviors. *Management Science*, *60*(8), 1861–1883. https://doi.org/10.1287/mnsc.2013.1849

Frisancho, V., Herrera, A., & Prina, S. (2023). Can a mobile-app-based behavioral intervention teach financial skills to youth? Experimental evidence from a financial diaries study. *Journal of Economic Behavior & Organization*, *214*, 595–614. https://doi.org/10.1016/j.jebo.2023.08.014

Gonçalves, S. P., Sousa, M. J., & Pereira, F. S. (2020). Distance Learning Perceptions from Higher Education Students—The Case of Portugal. *Education Sciences*, *10*(12), 374. https://doi.org/10.3390/educsci10120374

Guo, P. J., Kim, J., & Rubin, R. (2014). How video production affects student engagement. *Proceedings of the First ACM Conference on Learning @ Scale Conference*, 41–50. https://doi.org/10.1145/2556325.2566239

Hastings, J., Madrian, B., & Skimmyhorn, W. (2012). *Financial Literacy, Financial Education and Economic Outcomes*. https://doi.org/10.3386/w18412

Huston, S. J. (2010). Measuring Financial Literacy. *Journal of Consumer Affairs*, *44*(2), 296–316. https://doi.org/10.1111/j.1745-6606.2010.01170.x

Jeno, L. M., Grytnes, J.-A., & Vandvik, V. (2017). The effect of a mobile-application tool on biology students' motivation and achievement in species identification: A Self-Determination Theory perspective. *Computers & Education*, *107*, 1–12. https://doi.org/10.1016/j.compedu.2016.12.011

Kay, R. H. (2012). Exploring the use of video podcasts in education: A comprehensive review of the literature. *Computers in Human Behavior*, *28*(3), 820–831. https://doi.org/10.1016/j.chb.2012.01.011

Klapper, L., Lusardi, A., & Panos, G. A. (2013). Financial literacy and its consequences: Evidence from Russia during the financial crisis. *Journal of Banking & Finance*, *37*(10), 3904–3923. https://doi.org/10.1016/j.jbankfin.2013.07.014

Lai, C. (2020). Trends of mobile learning: A review of the top 100 highly cited papers. *British Journal of Educational Technology*, *51*(3), 721–742. https://doi.org/10.1111/bjet.12884

Lai, J. W. M., & Bower, M. (2019). How is the use of technology in education evaluated? A systematic review. *Computers & Education*, *133*, 27–42. https://doi.org/10.1016/j.compedu.2019.01.010

Leitão, L. (2024, 15). *União Europeia quer colocar educação financeira nas escolas desde o 1.º ciclo*.

Lourinho, J. (2026, 16 Março). *Pagar contas ou despesas com cartão de crédito é realidade para metade dos portugueses*. O Jornal Económico.

Lusa, A. (2026, 15 Março). *Metade dos consumidores portugueses endivida-se devido ao aumento do custo de vida*. Expresso.

Lusardi, A., & Mitchell, O. S. (2011a). Financial literacy and retirement planning in the United States. *Journal of Pension Economics and Finance*, *10*(4), 509–525. https://doi.org/10.1017/S147474721100045X

Lusardi, A., & Mitchell, O. S. (2011b). Financial literacy around the world: an overview. *Journal of Pension Economics and Finance*, *10*(4), 497–508. https://doi.org/10.1017/S1474747211000448

Lusardi, A., & Mitchell, O. S. (2014). The Economic Importance of Financial Literacy: Theory and Evidence. *Journal of Economic Literature*, *52*(1), 5–44. https://doi.org/10.1257/jel.52.1.5

M. Anwarul Islam, K., & Saifuddin Khan, M. (2024). The role of financial literacy, digital literacy, and financial self-efficacy in FinTech adoption. *Investment Management and Financial Innovations*, *21*(2), 370–380. https://doi.org/10.21511/imfi.21(2).2024.30

Mandell, L., & Klein, L. (2009). The Impact of Financial Literacy Education on Subsequent Financial Behavior. *Journal of Financial Counseling and Planning*, 15–24.

Mayer, R. (2020). *Multimedia Learning*.

Measuring Financial Literacy. (2012). https://doi.org/10.1787/5k9csfs90fr4-en

Mendonça, C., Sousa, F., Melo, R., & Afonso, V. (2025). *Caso De Estudo - O Meu Futuro Financeiro*.

Merry, C. (2025, February 20). *Students learn Financial Literacy at Frankfort High School*.

Naveed, Q. N., Choudhary, H., Ahmad, N., Alqahtani, J., & Qahmash, A. I. (2023). Mobile Learning in Higher Education: A Systematic Literature Review. *Sustainability*, *15*(18), 13566. https://doi.org/10.3390/su151813566

OCDE. (2023). *Estratégia de Literacia Financeira Digital para Portugal*.

OCDE, & INFE. (2020). *OECD/INFE 2020 International Survey of Adult Financial Literacy* .

OECD/INFE High-level Principles on National Strategies For Financial Education. (2012). OECD. https://doi.org/10.1787/12e3989f-en

OECD/INFE Toolkit for Measuring Financial Literacy and Financial Inclusion 2022. (2022). OECD. https://doi.org/10.1787/cbc4114f-en

Pacheco, L., Ribeiro, E., & Oliveira Tavares, F. (2016). *Literacia financeira: estudo aplicado a uma amostra de alunos de uma escola do 3.º ciclo do Ensino Básico e Secundário português*. 154–169.

Plano Nacional de Formação Financeira (PNFF). (2013, 12 Março). *Educação Financeira Entra No Currículo Escolar Do Reino Unido*.

Plano Nacional de Formação Financeira (PNFF). (2021). *Relatório do 3.º Inquérito à Literacia Financeira da população portuguesa*.

Potrich, A. C. G., Vieira, K. M., & Mendes-Da-Silva, W. (2016). Development of a financial literacy model for university students. *Management Research Review*, *39*(3), 356–376. https://doi.org/10.1108/MRR-06-2014-0143

Reinecke, L., Gilbert, A., & Eden, A. (2022). Self-regulation as a key boundary condition in the relationship between social media use and well-being. *Current Opinion in Psychology*, *45*, 101296. https://doi.org/10.1016/j.copsyc.2021.12.008

Remund, D. L. (2010). Financial Literacy Explicated: The Case for a Clearer Definition in an Increasingly Complex Economy. *Journal of Consumer Affairs*, *44*(2), 276–295. https://doi.org/10.1111/j.1745-6606.2010.01169.x

Ryu, H.-S. (2018). What makes users willing or hesitant to use Fintech?: the moderating effect of user type. *Industrial Management & Data Systems*, *118*(3), 541–569. https://doi.org/10.1108/IMDS-07-2017-0325

Shail, M. S. (2019). Using Micro-learning on Mobile Applications to Increase Knowledge Retention and Work Performance: A Review of Literature. *Cureus*. https://doi.org/10.7759/cureus.5307

Sung, Y.-T., Chang, K.-E., & Liu, T.-C. (2016). The effects of integrating mobile devices with teaching and learning on students' learning performance: A meta-analysis and research synthesis. *Computers & Education*, *94*, 252–275. https://doi.org/10.1016/j.compedu.2015.11.008

Universidade do Porto, F. de E. (s.d.). *Educação Financeira*.

Venkatesh, V., Thong, J. Y. L., & Xu, X. (2012). Consumer Acceptance and Use of Information Technology: Extending the Unified Theory of Acceptance and Use of Technology1. *MIS Quarterly*, *36*(1), 157–178. https://doi.org/10.2307/41410412

Vial, G. (2019). Understanding digital transformation: A review and a research agenda. *The Journal of Strategic Information Systems*, *28*(2), 118–144. https://doi.org/10.1016/j.jsis.2019.01.003

Yakoboski, P. J., Lusardi, A., & Hasler, A. (2022). Financial literacy and well-being in a five generation America: The 2021 TIAA Institute-GFLEC Personal Finance Index. *SSRN Electronic Journal*. https://doi.org/10.2139/ssrn.4256797

ANEXO I – Questionário Aplicado aos Participantes

O presente anexo apresenta o questionário aplicado aos participantes, no âmbito do estudo, estruturado em diferentes secções temáticas.

Questionário sobre Literacia Financeira e Preferências Pedagógicas

Este questionário insere-se no âmbito da dissertação de Mestrado em **Economia Bancária, Monetária e Financeira**, desenvolvida por **Duarte Ferradini**, aluno da **Universidade do Minho.** O estudo tem como objetivo recolher informação sobre níveis de literacia financeira, hábitos de utilização de ferramentas digitais e preferências pedagógicas dos participantes.

Os dados recolhidos destinam-se exclusivamente a apoiar a análise académica e a fundamentar a conceção pedagógica de uma aplicação educativa de literacia financeira, proposta no contexto deste trabalho de investigação. As respostas permitirão compreender melhor as necessidades, dificuldades e expectativas dos utilizadores relativamente à aprendizagem financeira em ambientes digitais, contribuindo para a definição de conteúdos, metodologias e formatos mais adequados.

O questionário não tem qualquer finalidade comercial e não visa avaliar individualmente os participantes, mas sim identificar tendências gerais relevantes para o estudo.

A participação é totalmente voluntária e anónima. Não serão recolhidos dados pessoais que permitam identificar os inquiridos, e toda a informação obtida será utilizada exclusivamente para fins académicos, no âmbito desta dissertação, não sendo partilhada com terceiros nem utilizada para qualquer outro propósito.

O tempo estimado de resposta é de aproximadamente **5 minutos**.

Agradece-se, desde já, a sua colaboração, que é fundamental para a qualidade e rigor deste trabalho académico.

1. Consentimento

1. Concorda em participar neste estudo?
   ( ) Sim
   ( ) Não

Secção I – Informações Sociodemográficas

2. Idade:
   ( ) 12–17
   ( ) 18–24
   ( ) 25–34
   ( ) 35–44
   ( ) 45 ou mais

3. Escolaridade:
   ( ) Ensino Básico
   ( ) Ensino Secundário
   ( ) Licenciatura
   ( ) Pós-graduação

4. Situação financeira:
   Indique o ponto que melhor representa a sua situação atual (1 – totalmente dependente; 5 – totalmente autónomo)
   ( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5

5. Sexo:
   ( ) Masculino
   ( ) Feminino
   ( ) Prefiro não responder

6. Situação académica/profissional:
   ( ) Estudante (escola pública)
   ( ) Estudante (escola privada)
   ( ) Estudante universitário
   ( ) Desempregado
   ( ) Empregado
   ( ) Trabalhador-estudante

Secção II – Literacia Financeira

7. Como avalia os seus conhecimentos financeiros gerais?
   ( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5

8. Se tiver 150.000€ no mesmo banco, quanto está protegido pelo Fundo de Garantia de Depósitos?
   ( ) 50.000€
   ( ) 100.000€
   ( ) 250.000€
   ( ) Não sei

9. Entende o conceito de juros?
   ( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5

10. Se investir 1.000€ a 5% ao ano, quanto terá após um ano?
    ( ) 1.050€
    ( ) 1.005€
    ( ) 950€
    ( ) 1.500€
    ( ) Não sei

11. Num crédito habitação com taxa variável, a taxa resulta de:
    ( ) Euribor – spread
    ( ) Euribor + spread
    ( ) Apenas do spread
    ( ) Não sei

12. Entende o conceito de inflação?
    ( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5

13. Se a inflação for 3% e o salário aumentar 2%, o poder de compra:
    ( ) Aumenta
    ( ) Mantém-se
    ( ) Diminui
    ( ) Não sei

14. Entende o conceito de orçamento?
    ( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5

15. Um orçamento pessoal serve para:
    ( ) Controlar receitas e despesas
    ( ) Pedir crédito
    ( ) Aumentar juros
    ( ) Não sei

16. Estratégia mais eficaz para reduzir risco:
    ( ) Investir no mesmo setor
    ( ) Diversificar ativos
    ( ) Investir nos melhores do passado
    ( ) Não sei

17. Qual tem maior risco?
    ( ) Maior volatilidade
    ( ) Paga dividendos
    ( ) Menor prazo
    ( ) Não sei

18. Onde aplicaria as suas poupanças?
    ( ) Conta à ordem
    ( ) Depósitos a prazo
    ( ) Obrigações
    ( ) Fundos de investimento
    ( ) Ações
    ( ) Criptomoedas
    ( ) Outro: _____

19. Frequência de decisões financeiras:
    ( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5

Secção III – Tecnologia e Necessidades

20. Usa aplicações financeiras?
    ( ) Sim
    ( ) Não

21. Se sim, quais?
    [ ] Homebanking
    [ ] MB Way
    [ ] Revolut
    [ ] Corretoras
    [ ] Criptomoedas
    [ ] Outra: _____

22. Frequência de exposição a produtos financeiros:
    ( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5

23. Áreas em que deseja aprender mais:
    [ ] Orçamento
    [ ] Poupança
    [ ] Crédito
    [ ] Investimentos
    [ ] Segurança digital
    [ ] Impostos

24. Frequência de uso de conteúdos educativos online:
    ( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5

Secção IV – Preferências Pedagógicas

25. Formato preferido:
    ( ) Vídeos
    ( ) Texto
    ( ) Exercícios
    ( ) Simulações
    ( ) Gamificação

26. Prefere conteúdos curtos (microaprendizagem):
    ( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5

27. A gamificação aumenta a motivação:
    ( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5
28. Prefere feedback imediato:
    ( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5

29. Conteúdos devem adaptar-se ao nível do utilizador:
    ( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5

30. O design deve ser simples e intuitivo:
    ( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5

Secção V – Avaliação da Aplicação

31. Considera importante uma app integrada?
    ( ) Sim
    ( ) Talvez
    ( ) Não

32. A app pode melhorar decisões financeiras?
    ( ) Sim
    ( ) Talvez
    ( ) Não

33. Recomendaria a app?
    ( ) Sim
    ( ) Talvez
    ( ) Não

34. Se desejar receber resultados, indique contacto:

    _____